



# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 013 e 14 CURITIBA, QUARTA/SEGUNDA-FEIRA, EM 10/15 DE MARÇO DE 2004 ANO XXIX

## *Mesa Diretora*

**HERMAS BRANDÃO**  
Presidente - PSDB

**NATÁLIO STICA**  
1º Vice-Presidente - PT

**AUGUSTINHO ZUCCHI**  
2º Vice-Presidente - PDT

**ARLETE CARAMÊS**  
3º Vice-Presidente - PPS

**NEREU MOURA**  
1º Secretário - PMDB

**GERALDO CARTÁRIO**  
2º Secretário - PSL

**CLEITON KIELSE**  
3º Secretário - PFL

**RENI PEREIRA**  
4º Secretário - PSB

**EDSON PRACZYK**  
5º Secretário - PL

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

## *Lideranças*

<i>Líder do Governo</i> .....	<i>Ângelo Vanhoni</i>
<i>Líder da Oposição</i> .....	<i>Durval Amaral</i>
<i>PTB</i> .....	<i>Carlos Simões</i>
<i>PFL</i> .....	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i> .....	<i>Ademar Traiano</i>
<i>PMDB</i> .....	<i>Antonio Anibelli</i>
<i>PPB</i> .....	<i>Duílio Genari</i>
<i>PT</i> .....	<i>Elton Carlos Welter</i>
<i>PDT</i> .....	<i>Neivo Beraldin</i>
<i>PSL</i> .....	<i>Luiz Carlos Martins</i>
<i>PL</i> .....	<i>Chico Noroeste</i>
<i>PPS</i> .....	<i>Marcos Isfer</i>
<i>PSB</i> .....	<i>Doutor Luciano</i>

## *Representação Partidária*

PMDB - 11: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca - Vanderlei Iensen; PT - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; PSDB - 07: Ademar Traiano (em licença) - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Nelson Tureck - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; PFL - 06: Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; PDT - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 04: Cida Borghetti - Duílio Genari (em licença) - Fernando Ribas Carli - Miltinho Pupio; PTB - 03: Ailton Araújo - Carlos Simões - Jocelito Canto; PPS - 03: Arlete Caramês (em licença) - Felipe Lucas - Marcos Isfer - Waldir Leite; PSB - 03: Doutor Luciano - Ratinho Júnior - Reni Pereira; PL - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk; PSL - 02: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins.

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
15ª LEGISLATURA  
ATA DA 011ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
10 DE MARÇO DE 2004**

*(quarta-feira)*

Presidência do senhor deputado Augustinho Zucchi, secretariada pela senhora deputada Luciana Rafagnin e pelo senhor deputado Reni Pereira.

Às dezessete horas e cinco minutos é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Hermas Brandão, Natálio Stica, Augustinho Zucchi, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Cleiton Kielse, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, André Vargas, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Doutor Luciano, Durval Amaral, Elio Rusch, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Felipe Lucas, Fernando Ribas Carli, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nelson Tureck, Padre Paulo Campos, Pedro Ivo Ilkiv, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni, Vanderlei Iensen e Waldir Leite (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

**SESSÃO.**

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

**O SR. 2º SECRETÁRIO**

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

**O SR. ELIO RUSCH (Pela Ordem)**

Senhor presidente, para registrar presença do vereador de Marechal Cândido Rondon, Vanderlei Schmith, conhecido “Alemãozinho”.

Obrigado pela sua presença, que nos dá a honra do prestigiamento.

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Agradecemos a presença do ilustre vereador. V. Exa. sinta-se em casa.

Não há expediente a ser lido, nem oradores inscritos.

Passa-se à

**ORDEM DO DIA,**

com a presença de 54 senhores deputados

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

**ITEM 01**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 233/2003, de autoria do deputado Hermas Brandão, que altera a denominação da entidade beneficiada pelo plano de aplicação da Lei nº 13.980, de 27 de dezembro de 2002. (Centro Cultural da Lapa). **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CO. Aprovado. (Publ. no DA. 024/2003, em 28/11/2003).**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 233/2003**

**P A R E C E R :**

**Histórico**

O Projeto de Lei nº 233/2003, de autoria do deputado Hermas Brandão, altera a denominação da entidade beneficiada pelo plano de aplicação da Lei nº 13.980, de 27 de dezembro de 2002.

**Fundamentação**

O projeto não apresenta óbices de natureza legal ou constitucional.

A correção se faz necessária porque o nome correto do órgão é “Instituto Histórico Cultural da Lapa”, propiciando, dessa forma, o recebimento da dotação orçamentária que lhe é de direito.

**Conclusão**

Pelo exposto, opino favoravelmente à sua regular tramitação.

Sala das Comissões, em 28.10.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

**COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI Nº 233/2003**

**P A R E C E R :**

O projeto de Lei nº 233/2003, de autoria do deputado Hermas Brandão, tem por desígnio alterar a denominação da entidade beneficiada pelo plano de aplicação da Lei nº 13.980, de 27 de dezembro de 2002 (Centro Cultural da Lapa).

Diante da situação ora gizada este parlamentar manifesta-se de modo favorável em vista da possibilidade financeira desta medida.

Vale articular que, não adentrando ao mérito do projeto de lei, nada observa este parlamentar que, neste instante, possa impedir a normal tramitação nesta Casa de Leis.

Sala das Comissões, em 08.12.2003.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente

MARCOS ISFER - Relator

COMISSÃO DE ORÇAMENTO  
PROJETO DE LEI Nº 233/2003

P A R E C E R :

O presente plano de lei, da lavra do nobre deputado Hermas Brandão, tem por desígnio alterar a denominação para Instituto Histórico Cultural da Lapa, da entidade beneficiada no plano de aplicação da Lei nº 13.980, de 27 de dezembro de 2002, na parte que destinou R\$50.000,00 ao Centro Cultural da Lapa.

Desta forma, este parlamentar manifesta-se de modo favorável a que a entidade receba a dotação orçamentária que lhe é de direito, em vista da possibilidade financeira desta medida, nada tendo a obstaculizar a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03.03.2004.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente  
ANDRÉ VARGAS - Relator

**ITEM 02**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 735/2003, de autoria do deputado José Maria Ferreira, que declara de Utilidade Pública a Creche Lar de Jesus, com sede e foro no município de Jaguapitã. COM PARECERE FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA. 111/2003, em 10/12/2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 735/2003

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela de autoria do deputado José Maria Ferreira, declara de Utilidade Pública a Creche Lar de Jesus, com sede e foro no município de Jaguapitã.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 02.03.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente  
JOCELITO CANTO - Relator

**ITEM 03**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 014/2004, de autoria do deputado Alexandre Curi, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Surdos do Centro do Paraná, com sede e foro no município de Ivaiporã. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA. 002/2004, em 17/02/2004).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 014/2004

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela de autoria do deputado Alexandre Curi, declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Surdos do Centro do Paraná, com sede e foro no município de Ivaiporã.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade de constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 02.03.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente  
JOCELITO CANTO - Relator

**ITEM 04**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 003/2004, de autoria da Comissão Executiva, que institui e regulamenta a verba de ressarcimento de despesas relacionadas ao exercício parlamentar e dá outras providências. PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO EXECUTIVA. **Aprovado.**

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 003/2004

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º - Fica instituída a Verba de Ressarcimento destinada ao reembolso de despesas com passagens, telefones, correspondência, moradia, refeições, combustível, aluguel e manutenção de escritório, aluguel de veículos, diretamente relacionadas com o exercício do mandato parlamentar.

Art. 2º - Aos deputados estaduais serão feitos créditos mensais para atender despesas previstas nesta resolução.

Parágrafo Único - Aos suplentes de deputados, quando convocados, receberão créditos proporcionais ao tempo em que estiverem no exercício do mandato.

Art. 3º - As liberações serão feitas mensalmente, através de Ato da Comissão Executiva, mediante empenho na dotação 3390 3900 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.

Art. 4º - Os pagamentos das despesas serão feitos mediante ressarcimento ao senhor deputado.

Art. 5º - O ressarcimento será concedido mediante solicitação do deputado à Diretoria Financeira por meio de requerimento padrão, incluindo a respectiva documentação fiscal comprobatória das despesas, assumindo o

requerente, inteira responsabilidade pela veracidade e autenticidade da documentação apresentada.

Art. 6º - Será objeto de ressarcimento o documento original em primeira via, quitado em nome do deputado.

Parágrafo Único - O documento, isento de rasuras, acréscimos, emendas ou entrelinhas, a que se refere este artigo será:

I - primeira via da nota fiscal;

II - recibo devidamente assinado constando nome e endereço completos do beneficiário do pagamento, número do CPF, da Identidade e discriminação da despesa;

III - fatura discriminativa da despesa;

IV - declaração do correio ou do setor de correspondência desta Casa, do valor pago pelo deputado com as despesas postais.

Art. 7º - As despesas com passagens serão reembolsadas mediante a apresentação da passagem utilizada ou nota fiscal da empresa fornecedora da passagem.

Art. 8º - O ressarcimento de despesas com telefones será feito mediante a anexação da fatura paga ao formulário próprio.

Parágrafo Único - As faturas deverão estar em nome do deputado.

Art. 9º - As despesas postais serão reembolsadas mediante a apresentação de comprovantes das despesas efetuadas fornecidos pela Empresa de Correios ou declaração de despesa fornecida pelo setor de correspondência desta Casa.

Art. 10 - Para reembolso de despesas com moradia o deputado deverá apresentar recibo do aluguel ou notas fiscais referentes às despesas de hospedagens em hotel e despesas de restaurantes.

Art. 11 - As despesas com combustíveis e lubrificantes serão ressarcidas mediante a apresentação da nota fiscal onde deverá constar:

a) data;

b) nome do deputado;

c) número de litros e valor da despesa.

Art. 12 - No ressarcimento do aluguel de imóveis destinados à instalação de escritório de apoio à atividade parlamentar, poderão ser incluídas as despesas de condomínio, IPTU, água, telefone e energia elétrica, concenterente a esse imóvel.

§ 1º - É vedado o ressarcimento de despesas de aluguel de imóvel quando este for de propriedade do deputado, seu cônjuge ou companheiro, ou parente, de um ou de outro, até o terceiro grau, ou a pessoa jurídica, direta ou indiretamente por eles controlada, permitindo, contudo, o pagamento de contas de água, energia elétrica,

telefone, IPTU e demais taxas quando vinculadas a imóvel não residencial que seja utilizado como escritório de apoio parlamentar.

§ 2º - Serão ressarcidas as despesas com a aquisição de material de expediente necessários ao funcionamento de escritório de apoio à atividade parlamentar, inclusive as despesas com a impressão de informativos da atividade parlamentar, desde que não caracterize gastos com campanha eleitoral.

Art. 13 - Será objeto de ressarcimento as despesas com aluguel de veículo feito pelo parlamentar.

Parágrafo Único - Somente serão ressarcidas as despesas com aluguel de, no máximo, 04 (quatro) veículos por parlamentar.

Art. 14 - O ressarcimento será feito mediante cheque nominal ao deputado, servindo como comprovante de entrega o recibo assinado pelo deputado.

Art. 15 - Os créditos liberados serão depositados em conta corrente especialmente aberta pela Diretoria Financeira.

Art. 16 - Os valores dos créditos mensais serão fixados por Ato da Comissão Executiva.

Art. 17 - Os saldos não utilizados em uma liberação serão somados ao crédito seguinte.

Art. 18 - Até o 5º dia útil do mês seguinte, a Diretoria Financeira providenciará as prestações de contas individuais de cada deputado enviando-as com um relatório à apreciação da Comissão de Tomada de Contas.

Art. 19 - No mês de dezembro, somente serão atendidos os pedidos protocolados até o dia 10 do mês em curso, após o que a Diretoria Financeira encaminhará, até o dia 12, o relatório anual à Comissão de Tomada de Contas que o aprovando determinará o recolhimento dos saldos, autorizando a baixa de responsabilidade junto à Diretoria de Apoio Técnico.

Art. 20 - Ficam revogadas as Resoluções nºs 15/92 e 15/2001.

Art. 21 - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 10.03.2004.

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando o presente projeto de resolução, instituindo e regulamentando a Verba de Ressarcimento destinada ao reembolso de despesas diretamente relacionadas com o exercício do mandato de deputado estadual, com o objetivo de proporcionar condições operacionais aos gabinetes parlamentares.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação da proposição em tela.

COMISSÃO EXECUTIVA  
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 003/2004

P A R E C E R :

Art. 1º - Fica instituída a Verba de Ressarcimento destinada ao reembolso de despesas com passagens, telefones, correspondência, moradia, refeições, combustível, aluguel e manutenção de escritório, aluguel de veículos, diretamente relacionadas com o exercício do mandato parlamentar.

Art. 2º - Aos deputados estaduais serão feitos créditos mensais para atender despesas previstas nesta resolução.

Parágrafo Único - Aos suplentes de deputados, quando convocados, receberão créditos proporcionais ao tempo em que estiverem no exercício do mandato.

Art. 3º - As liberações serão feitas mensalmente, através de Ato da Comissão Executiva, mediante empenho na dotação 3390 3900 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.

Art. 4º - Os pagamentos das despesas serão feitos mediante ressarcimento ao senhor deputado.

Art. 5º - O ressarcimento será concedido mediante solicitação do deputado à Diretoria Financeira por meio de requerimento padrão, incluindo a respectiva documentação fiscal comprobatória das despesas, assumindo o requerente, inteira responsabilidade pela veracidade e autenticidade da documentação apresentada.

Art. 6º - Será objeto de ressarcimento o documento original em 1ª via, quitado em nome do deputado.

Parágrafo Único - O documento, isento de rasuras, acréscimos, emendas ou entrelinhas, a que se refere este artigo será:

I - 1ª via da nota fiscal;

II - recibo devidamente assinado constando nome e endereço completos do beneficiário do pagamento, nº do CPF, da Identidade e discriminação da despesa;

III - fatura discriminativa da despesa;

IV - declaração do correio ou do setor de correspondência desta Casa, do valor pago, pelo deputado, com as despesas postais.

Art. 7º - As despesas com passagens serão reembolsadas mediante a apresentação da passagem utilizada ou nota fiscal da empresa fornecedora da passagem.

Art. 8º - O ressarcimento de despesas com telefones será feito mediante a anexação da fatura paga ao formulário próprio.

Parágrafo Único - As faturas deverão estar em nome do deputado.

Art. 9º - As despesas postais serão reembolsadas mediante a apresentação de comprovantes das despesas efetuadas fornecidos pela Empresa de Correios ou declaração de despesa fornecida pelo Setor de Correspondência desta Casa.

Art. 10 - Para reembolso de despesas com moradia o deputado deverá apresentar recibo do aluguel ou notas fiscais referentes às despesas de hospedagens em hotel e despesas de restaurantes.

Art. 11 - As despesas com combustíveis e lubrificantes serão ressarcidas mediante a apresentação da nota fiscal onde deverá constar:

a) data;

b) nome do deputado;

c) número de litros e valor da despesa.

Art. 21 - No ressarcimento do aluguel de imóveis destinado à instalação de escritório de apoio à atividade parlamentar, poderão ser incluídas as despesas de condomínio, IPTU, água, telefone e energia elétrica, conconernente a esse imóvel.

§ 1º - É vedado o ressarcimento de despesas de aluguel de imóvel quando este for propriedade do deputado, seu cônjuge ou companheiro, ou parente, de um ou de outro, até terceiro grau, ou a pessoa jurídica, direta ou indiretamente por eles controlada, permitindo, contudo, o pagamento de contas de água, energia elétrica, telefone, IPTU e demais taxas quando vinculadas a imóvel residencial que seja utilizado como escritório de apoio parlamentar.

§ 2º - Serão ressarcidas as despesas com a aquisição de material de expediente necessários ao funcionamento de escritório de apoio à atividade parlamentar, inclusive as despesas com a impressão de informativos da atividade parlamentar, desde que não caracterize gastos com campanha eleitoral.

Art. 13 - Será objeto de ressarcimento as despesas com aluguel de veículos feitas pelo parlamentar.

Parágrafo Único - Somente serão ressarcidos as despesas com aluguel de, no máximo, 04 (quatro) veículos por parlamentar.

Art. 14 - O ressarcimento será feito mediante cheque nominal ao deputado, servindo como comprovante de entrega o recibo assinado pelo deputado.

Art. 15 - Os créditos liberados serão depositados em conta corrente especialmente aberta pela Diretoria Financeira.

Art. 16 - Os valores dos créditos mensais serão fixados por Ato da Comissão Executiva.

Art. 17 - Os saldos não utilizados em uma liberação serão somados ao crédito seguinte.

Art. 18 - Até o quinto dia útil do mês seguinte, a Diretoria Financeira providenciará a prestação de contas individuais de cada deputado enviando-as com um relatório à apreciação da Comissão de Tomadas de Contas.

Art. 19 - No mês de dezembro somente serão atendidos os pedidos protocolados até o dia 10 do mês em curso, após o que a Diretoria Financeira encaminhará, até o dia 12, o relatório anual à Comissão de Tomada de Contas que o aprovado determinará o recolhimento dos saldos, autorizando a baixa de responsabilidade junto à Diretoria de Apoio Técnico.

Art. 20 - Ficam revogadas as Resoluções nºs 15/92 e 15/2001.

Art. 21 - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 10.03.2004.

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 15, à hora regimental, com a seguinte

### **ORDEM DO DIA:**

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 048, 380, 500 e 700/2003.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 233, 536, 586, 671, 679, 690, 727, 731 e 735/2003; 008 e 014/2004 e do Projeto de Resolução nº 003/2004.

Levanta-se a Sessão.

### **Ata de Comissão:**

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR  
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA  
1ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos nove dias do mês de março do ano de dois mil e quatro, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Defesa do Consumidor, sob a presidência do deputado Francisco Bühner. Havendo número legal, o senhor presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, quando o deputado Ailton Araújo

apresentou pareceres favoráveis aos Projetos de Leis nºs 98/2003 e 423/2003, que foram aprovados sem observações. Nada havendo a tratar o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Rosângela de Fátima Borba Zaclikevis, secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente e pelos senhores deputados presentes, para que produza os feitos legais.

(a) FRANCISCO BÜHRER - Presidente

Rosângela de Fátima Borba Zaclikevis - Secretária

## **2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15ª LEGISLATURA ATA DA 012ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 15 DE MARÇO DE 2004**

(segunda-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Neivo Beraldin e Geraldo Cartário.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Hermas Brandão, Natálio Stica, Augustinho Zucchi, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Cleiton Kielse, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, André Vargas, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Doutor Luciano, Durval Amaral, Elio Rusch, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Felipe Lucas, Fernando Ribas Carli, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Milton Pupio, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Nelson Tureck, Padre Paulo Campos, Pedro Ivo Ilkiv, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni, Vanderlei Iensen e Waldir Leite (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

### **SESSÃO.**

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede a leitura do seguinte

## EXPEDIENTE:

### Mensagem:

MENSAGEM Nº 007/2004

Curitiba, 10 de fevereiro de 2004.

Senhor Presidente:

Na conformidade do disposto no artigo 116, da Constituição Estadual, tenho a honra de vir à presença de V. Exa., a fim de submeter à aprovação dessa augusta Assembléia Legislativa, o nome do Dr. Milton Riquelme de Macedo, para ocupar o cargo de procurador-geral de Justiça.

Devo esclarecer que o escolhido figurou na lista de nomes indicados em eleição realizada pelos integrantes do Ministério Público, na forma do artigo 16, da Lei Complementar nº 85, de 27 de dezembro de 1999, cujo resultado está contido no anexo Ofício nº 600/04/Subjur, de 26 de fevereiro de 2004, da Procuradoria-Geral de Justiça.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

### Ofícios:

Sob o nº 104/2004, do Sr. Henrique Naigeboren - Presidente do Tribunal de Contas, encaminhando para conhecimento, fotocópia da Resolução nº 408/2004, que trata sobre auditoria realizada junto à Secretaria de Estado da Educação. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 007/2004, do Sr. Jorge Kalache Filho - Superintendente de Negócios da Caixa Econômica Federal, comunicando ter sido celebrados contratos de Repasse do Orçamento Geral da União, entre a Caixa econômica Federal e a Secretaria Estadual de Educação, contratos nºs 160.873-22, 160.874-36, 160.875-41 e 161.066-73, no Programa Esporte na Escola, para implantação de infra-estrutura esportiva em escolas no Paraná. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob os nºs 041, 042 e 043/2004, do Sr. José Henrique Paim Fernandes - Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, informando liberação de recursos financeiros ao Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná - Fundepar, para os programas;

PNAC - PNAE Creches, PNAI - PANE Indígena e PNAE, respectivamente. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob os nºs CTL/CC/030 e 031/04, do Sr. Caíto Quintana - chefe da Casa Civil, restituindo a este Poder Legislativo, os Projetos de Lei nºs 666, 586 e 294/03, respectivamente. **Ao conhecimento da Casa.**

### Telex:

Do Sr. ministro Maurício Corrêa - Presidente do Supremo Tribunal Federal, que sobre a Ação de Inconstitucionalidade nº 1695 - Requerente - governador do Estado, e Requerido - governador e Assembléia Legislativa do Estado, que o tribunal julgou procedente em parte, a ação para declarar inconstitucionalidade da expressão “computando-se o tempo de serviço prestado ao Estado, para os demais efeitos legais”, contida no parágrafo 2º do artigo 35 da Constituição do Estado do Paraná. **Ao conhecimento da Casa.**

### Indicações:

#### INDICAÇÃO

Senhor Presidente:

Tem o presente a finalidade de indicar a V. Exa. o deputado Ailton Araújo, como representante do PTB, para fazer parte como membro da Comissão Parlamentar de Inquérito que visa apurar irregularidades junto à Universidade Estadual de Ponta Grossa / PR.

Sala das Sessões, em 15.03.2004.

(a) CARLOS SIMÕES

#### INDICAÇÃO

Senhor Presidente:

Pelo presente comunicamos a V. Exa., que por deliberação dos deputados da Bancada do Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB, a partir da presente, o ilustre deputado Valdir Rossoni passa a responder pela Liderança do PSDB nesta augusta Casa de Leis.

Sendo o que se apresenta para o momento, renovo meus protestos de estima e consideração.

Sala das Sessões, em 15.03.2004.

(aa) LUIZ ACCORSI, NELSON GARCIA, NELSON TURECK, FRANCISCO BÜHRER, MILTINHO PUPIO, LUIZ NISHIMORI, LUIZ FERNANDES DA SILVA LITRO e HERMAS BRANDÃO.

#### INDICAÇÃO

Senhor Presidente:

Através do presente, apresento a V. Exa. a indicação dos membros da Bancada do PFL, que irão compor as Comissões Parlamentares de Inquérito - CPI's da

Reforma Agrária e das Universidades, que serão instaladas nesta Casa

01) CPI da Reforma Agrária

Titular: deputado Plauto Miró Guimarães

Suplente: deputado Durval Amaral

02) CPI das Universidades

Titular: deputado Elio Rusch

Suplente: deputado Plauto Miró Guimarães

Sendo o que se apresenta para o momento, renovo protesto de estima e consideração.

Sala das Sessões, em 15.03.2004.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Líder do PFL

INDICAÇÃO

Senhor Presidente:

Venho pelo presente encaminhar os nomes do nosso Partido Progressista - PP, para comporem a Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI, que tratará dos assuntos da reforma agrária, conforme determinação de V. Exa.

Titular: deputado Fernando Ribas Carli

Suplente: deputado Duílio Genari

Sendo o que se nos apresenta para o momento, aproveitamos para reiterar protestos de elevada consideração.

Sala das Sessões, em 15.03.2004.

(a) CIDA BORGHETTI

Líder do PP

INDICAÇÃO

Senhor Presidente:

Venho por intermédio do presente e de acordo com a proporcionalidade de participação da Bancada do PMDB com assento nesta Casa, encaminhar relação dos deputados da Bancada do PMDB, que farão parte das Comissões Parlamentares de Inquéritos - CPI's, das CPI's da Reforma Agrária e das Universidades, conforme relação abaixo:

CPI da Reforma Agrária

Titulares: Vanderlei Iensen, José Maria Ferreira, delegado Bradock e Ademir Bier.

Suplentes: Dobrandino da Silva, Antonio Anibelli, Alexandre Curi e Rafael Greca.

CPI das Universidades

Titulares: Delegado Bradock e Elza Correia.

Suplentes: José Maria Ferreira e Artagão Júnior

Sendo o que se apresenta, aproveito a oportunidade para renovar votos de elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 15.03.2004.

(a) ANTONIO ANIBELLI

Líder do PMDB

INDICAÇÃO

Senhor Presidente:

Pelo presente, comunico que na condição de líder da Bancada do PPS com assento nesta Casa de Leis,

passo a indicar os integrantes da CPI da Reforma Agrária e das Universidades:

Reforma Agrária

Titular - Marcos Isfer

Suplente - Waldir Leite

Universidades Estaduais

Titular - Ratinho Júnior

Suplente - Waldir Leite

Sala das Sessões, em 15.03.2004.

(a) MARCOS ISFER

Líder do PPS

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 287

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, regime de urgência para votação do Projeto de Lei nº 284/2003, de minha autoria, e que dispõe sobre a autorização para a iniciativa privada patrocinar o ensino fundamental e médio nas escolas públicas estaduais.

Sala das Sessões, em 15.03.2004.

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 276

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, parágrafo 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente Sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 15.03.2004.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 292

Senhor Presidente:

O Bloco Parlamentar Agropecuário, através de seu presidente, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, que seja aprovada a realização do Fórum da Araucária como parte das comemorações da Semana Ambiental no Paraná, para discutir os problemas e soluções possíveis sobre a sua preservação, manejo e a legislação vigente. O referido evento acontecerá no próximo dia 09 de junho às 8h30min, no plenarinho desta Casa.

Sala das Sessões, em 15.03.2004.

(a) ELTON CARLOS WELTER

REQUERIMENTO Nº 295

Senhor Presidente:

O deputado estadual Tadeu Veneri, REQUER a liberação do plenarinho da Assembléia Legislativa, no



dia 16 de abril de 2004, das 16h00 às 20h00, para realização da Assembléia Geral do Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Estado do Paraná - Sindjus.

Sala das Sessões, em 15.03.2004.

(a) TADEU VENERI

#### REQUERIMENTO Nº 270

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa, em razão da aprovação do Projeto de Lei nº 504/2003, que concede o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Sr. Ricardo Alves Conceição, seja reservado ao Plenário, no dia 05 (cinco) de abril de 2004, às 17h, para a realização de Sessão Solene de outorga do referido título.

Sala das Sessões, em 15.03.2004.

(a) CIDA BORGHETTI

#### REQUERIMENTO Nº 278

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o uso do horário do Grande Expediente da Sessão Plenária do dia 15 de março, para usar da palavra o professor Gilberto César Pavanelli, reitor da Universidade Estadual de Maringá.

Sala das Sessões, em 15.03.2004.

(a) CIDA BORGHETTI

#### REQUERIMENTO Nº 283

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja registrado nos Anais desta egrégia Casa de Leis, voto de profundo pesar à família da Sra. Helena Fregadolli Dias, pelo seu falecimento ocorrido no último dia 11 de março do corrente, no município de Maringá.

Do aprovado requer ainda, que do presente seja enviada cópia à família enlutada, pelo momento de grande tristeza na perda de sua progenitora, juntando as suas condolências como forma de solidariedade e pesar.

Sala das Sessões, em 15.03.2004.

(a) AUGUSTINHO ZUCCI

JUSTIFICATIVA:

É com imensa tristeza que soubemos do falecimento da Sra. Helena Fregadolli Dias, mãe dos senadores Osmar e Álvaro Dias, ocorrida no último dia 11 de março na cidade de Maringá, vítima de infecção pulmonar.

Com quase 88 anos que completaria no próximo dia 17 de março, dona Helena estava há tempo com sua saúde debilitada.

Dona Helena era casado com o Sr. Silvino Fernandes Dias, há 69 nos e dessa união de muito amor teve 10 (dez) filhos: Orlando, Sílvia, Ademar, José, Álvaro, Hélio, Paulo, Bento (falecido em acidente de trânsito), Osmar e Terezinha.

Pessoa muito querida e de grande entrosamento com a comunidade, cultivou muitos amigos, deixando o exemplo de humildade, trabalho e de amor à família.

Moradora desde 1954 em Maringá, deixa a todos os familiares e amigos um sentimento de dor e saudade irreparável.

O tempo e a distância jamais apagarão do coração de todos que tiveram a felicidade de conhecê-la, a lembrança e o carinho de mãe e esposa exemplar em sua família e em sua comunidade.

A Assembléia Legislativa do Paraná, por intermédio deste deputado, cumpre o dever de associar-se à dor dos familiares, em especial aos senadores Osmar e Álvaro Dias, externando votos de profundo pesar e de solidariedade, e rogando a Deus para que lhes conceda o necessário conforto.

#### REQUERIMENTO Nº 271

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos deste Poder Legislativo, voto de profundo pesar pelo falecimento da Sra. Helena Fregadolli Dias, mãe dos senadores Osmar e Álvaro Dias.

Requer ainda, que após aprovado, seja enviada cópia do presente requerimento aos senadores Osmar Dias: Anexo II, Ala Senador Teotônio Vilela, Gabinete 18 e Álvaro Dias: Anexo II, Ala do Senador Nilo Coelho, Gabinete 10 - Senado Federal - CEP: 70165-900 - Brasília-DF.

Sala das Sessões, em 15.03.2004.

(a) JOCELITO CANTO

#### REQUERIMENTO Nº 274

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na Ata dos trabalhos da presente Sessão, de um voto de congratulações ao Sr. Cláudio Iovanovitchi, pela sua designação pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, para compor como titular o Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial - CNPIR.

Requer ainda, que se dê ciência, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Dom Orione, 836 - Santa Quitéria - CEP: 80.310-250 - nesta Capital.

Sala das Sessões, em 15.03.2004.

(a) EDSON PRACZYK

#### REQUERIMENTO Nº 275

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na Ata dos trabalhos da presente Sessão, de um voto de congratulações à Sra. Tatiane Emília Camargo Iovanovitchi, pela sua designação pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, para compor como suplente o Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial - CNPIR.

Requer ainda, que se dê ciência, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Dom Orione, 836 - Santa Quitéria - CEP: 80.310-250 - nesta Capital.

Sala das Sessões, em 15.03.2004.

(a) EDSON PRACZYK

#### REQUERIMENTO Nº 284

Senhor Presidente:

O deputado que subscrive o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido um voto de louvor, congratulações e muito aplauso, à Rede Feminina de Combate ao Câncer, pela comemoração de 50 anos de sua fundação, que ocorrerá no dia 18 de março do corrente.

Desde a sua fundação no ano de 1954, as voluntárias vêm desenvolvendo um trabalho magnífico e indispensável junto aos pacientes portadores dessa doença.

O auxílio é realizado diretamente aos pacientes internados e em tratamento ambulatorial, abrangendo todo o nosso Estado, com reconhecimento no Brasil e exterior.

Além de uma atuação conjunta com profissionais de saúde na busca de sucesso no tratamento e reabilitação de pacientes, a dedicação estende-se principalmente na promoção em relação à dignidade humana.

Com muito carinho, amor e responsabilidade, as voluntárias procuram transmitir motivação para que os pacientes se integrem socialmente e emocionalmente com sua família e sociedade.

Coordenam diversas atividades nos setores social, assistencial e educacional objetivando superar as dificuldades enfrentadas durante todo o tratamento. Campanhas solidárias, eventos sociais, doações e outras atividades também são realizadas pela Rede Feminina. Destaca-se a confecção de cartões de Natal por crianças em tratamento na ala pediátrica do Hospital Erasto Gaertner, hospital este construído graças às doações arrecadadas pelas voluntárias.

Inaugurado em 08 de dezembro de 1972, mantém um Bazar, Clube do Siri, onde estudantes realizam arrecadação de doação dirigidas ao tratamento das crianças, trabalhos de costura e rouparia ensina técnica e auxilia na confecção e adaptação de próteses mamárias, confecção de curativos, promove jogos e realiza atividades artísticas, atendimento domiciliar e acompanhamento em radioterapia e quimioterapia, dentre outros.

Ressaltamos uma das atividades mais antigas, que vem sendo promovida há 45 anos por professores e

alunos de diversas escolas do Paraná, denominada "Dê Bola Para Essa Bola". Essa atividade contribui na arrecadação de fundos em prol da Pediatria do Hospital e informa sobre fatores de risco e prevenção da doença. Sua missão é o combate ao câncer com humanismo, ciência e afeto, e é esse trabalho que hoje queremos homenagear.

Sem esperar reconhecimento, as voluntárias, incansáveis, lutam no sentido de amenizar a dor de pacientes e familiares, num momento tão difícil de suas vidas.

Saber que mulheres de nossa sociedade se doam de forma tão grandiosa aos portadores da doença, muito nos orgulha, motivo pelo qual apresentamos este voto de louvor, congratulações e muito aplauso, extensivos aos demais pares desta colenda Casa de Leis e Comunidade Paranaense. Nosso eterno agradecimento à presidente da Rede Feminina de Combate ao Câncer, Sra. Azurita Medeiros, extensivo às suas voluntárias e demais colaboradores. Que Deus sempre os abençoe e proteja!

Sala das Sessões, em 15.03.2004.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 269

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja expedido voto e louvor à Santa Casa de Misericórdia de Maringá, bem como ao médico Helvércio Fernando Pessaque Alves e equipe, que no mês de fevereiro realizaram cirurgia inédita na região de Maringá, destinada a controlar o Mal de Parkinson.

Essa cirurgia nunca tinha sido realizada em Maringá e os dois pacientes operados já estão em casa e sonham em voltar as atividades normais.

Fazer movimentos simples do dia-a-dia, como escovar os dentes ou fazer a barba sozinho, apertar a mão de um amigo ou parente, eram coisas impossíveis para Benvindo Laertes de Oliveira, 63, e Haydes Oliveira do Prado, 45, ambos de Maringá.

Os dois, há anos conviviam com o Mal de Parkinson, que aos poucos vai impossibilitando a realização de alguns movimento.

O drama deu lugar à satisfação e alegria depois dos dois pacientes se submeterem a uma cirurgia para controlar a doença.

Comandada pelo médico neurocirurgião funcional da Santa Casa, Helvércio Fernando Pessaque Alves, no dia 7 de fevereiro, essas foram as duas primeiras cirurgias do gênero no interior do Paraná.

Segundo o médico, o Mal de Parkinson é uma das doenças mais debilitantes já descobertas pela medicina. Mais comum em homens com mais de 65 anos é uma doença de difícil diagnóstico.

O Mal de Parkinson é uma doença que ocorre quando certos neurônios morrem ou perdem a capacidade de atuar no controle dos movimentos do corpo. Em con-

seqüência, a pessoa com Parkinson pode apresentar tremores, rigidez dos músculos, dificuldade de caminhar, de se equilibrar e de engolir.

Existem diversas alternativas de tratamento que buscam atrasar a evolução dos sintomas. Alguns casos bem específicos podem se beneficiar de cirurgia.

O avanço da área de saúde deve ser enaltecido e esses valores profissionais da medicina cujo sucesso impõe melhor qualidade de vida para os cidadãos, merece o reconhecimento desta Assembléia Legislativa.

Sala das Sessões, em 15.03.2004.

(a) CIDA BORGHETTI

#### REQUERIMENTO Nº 299

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo deputado que este subscreve, pede a inserção nos Anais desta Casa de Leis, voto de solidariedade à classe médica, que no dia 09 de março do corrente ano, realizou o Dia Nacional da Mobilização, por meio da Associação Médica do Estado do Paraná, Conselho Regional de Medicina do Estado do Paraná, Sindicato dos Médicos do Estado do Paraná, Federação dos Hospitais do Estado do Paraná e Academia Paranaense de Medicina.

Sala das Sessões, em 15.03.2004.

(a) RAFAEL GRECA

#### JUSTIFICATIVA:

A situação da classe médica está abalada. Os pacientes pagam cada vez mais às operadoras de planos e seguros de saúde, enquanto os médicos ganham cada vez menos. Os planos de saúde subiram as mensalidades em 300% e nada foi repassado aos médicos nos últimos 10 anos.

Os médicos argumentam: “Como manter-se atualizado para garantir a qualidade do atendimento e exercer condignamente a medicina? Como manter os custos dos consultórios e pagar os impostos? Os médicos estão cansados de malabarismo para sobreviver. Esta situação é de profundo desrespeito para com os médicos, como também uma crescente ameaça à qualidade do atendimento prestado aos usuários”.

Esta é a razão pela qual as entidades médicas nacionais realizaram o Dia Nacional de Mobilização, em 09 de março último, iniciativa que contou com o apoio irrestrito da classe médica paranaense, unida em torno de suas entidades representativas.

Nessa luta pela valorização da classe médica, a categoria luta por honorários justos e na garantia da melhoria da qualidade de atenção à saúde da população, cujo principal caminho de resolução passa necessariamente pela implantação da Classificação Hierarquizada de Procedimentos Médicos (CBHPM), documento que serve de parâmetro referencial na relação dos médicos com planos de saúde e seguros de saúde suplementar aos quais prestam serviços. A Classificação Hierarquizada de Procedimentos Médicos (CBHPM) atualiza a lista de

procedimentos médicos e amplia a proteção aos usuários dos planos de saúde.

Encaminhe-se este requerimento para: Dr. Cláudio L. pereira da Cunha, presidente da Associação Médica do Paraná, Rua Cândido Xavier, 575 - CEP: 80240-280; Dr. Donizete Dimer Gianberardino Filho, presidente do Conselho Regional de Medicina do Estado do Paraná, Rua Victório Wiezzer, 84 - Vista Alegre - CEP: 80810-340; Dr. Mário Antonio Ferrari, Rua Cel. Joaquim Sarmiento, 177 - Bom Retiro - CEP: 80.520-230; Dr. José Francisco Schiavon, presidente da Federação dos Hospitais do Estado do Paraná, Rua Augusto Stresser, 600 - CEP: 80.030-340; Dr. José Fernando Macedo, presidente da Academia Paranaense de Medicina, Rua Cândido Xavier, 575 - CEP: 80.240-280.

#### REQUERIMENTO Nº 272

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER o envio de expediente ao governador Roberto Requião, solicitando informações a respeito de despesas realizadas pela Secretaria da Comunicação Social, durante o Tribunal Internacional Popular sobre Tansgênicos, realizado no Auditório Araújo Vianna, na cidade de Porto Alegre-RS.

Solicitamos as informações baseadas em notícias veiculadas pela Ata da 10ª Sessão Ordinária de 11.03.2004, da Assembléia Legislativa do estado do Rio Grande do Sul - pronunciamento do deputado estadual Jerônimo Georgem (PP) e Jornal Eletrônico Documento Reservado de 15.03.2004.

Sala das Sessões, em 15.03.2004.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

#### REQUERIMENTO Nº 273

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER o envio de expediente ao governador Roberto Requião, solicitando informações sobre salários, gratificações, bonificações percebidos pelos diretores e membros do Conselho Consultivo Fiscal da Sanepar, bem como cópia do contrato firmado entre a referida empresa e a Prefeitura Municipal de Ponta Grossa, no ano de 1974.

Sala das Sessões, em 15.03.2004.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

#### REQUERIMENTO Nº 279

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER após ouvido o doutor Plenário, o envio de ofício ao Exmo. Sr. Cláudio Murilo Xavier, DD. Secretário de Estado da Saúde, solicitando a doação de uma ambulância para o município de Ramilândia.

Sala das Sessões, em 15.03.2004.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

## JUSTIFICATIVA:

O envio de uma ambulância para Ramilândia tem por objetivo oferecer um melhor atendimento na área da saúde pública, uma vez que é constante a necessidade da locomoção de doentes que residem nas áreas rurais da municipalidade, e principalmente o transportes dos pacientes para tratamento em centros médicos especializados em outros municípios.

## REQUERIMENTO Nº 286

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER após ouvido o doutor Plenário, encaminhamento ao senhor governador Roberto Requião, de ofício em anexo, relativo a requerimento de informações do Poder Legislativo ao Poder Executivo formalizado nos termos do artigo 55 da Constituição Estadual e artigo 135 do Regimento Interno.

Sala das Sessões, em 15.03.2004.

(a) VALDIR ROSSONI

“OFÍCIO 04/04/GAB/VR

Curitiba, 15 de março de 2004.

Senhor Governador:

Considerando os termos do requerimento de informações solicitadas à Secretaria de Estado de Comunicação Social, aprovado em sessão Plenária desta Casa de Leis em 10 de dezembro, de 2003.

Considerando os termos da resposta e listagem fornecida por aquela Secretaria a este Poder Legislativo, indago, na condição de parlamentar atuante que muito o distinguiu, V. Exa. dar-se-ia por satisfeito em relação à resposta fornecida por seu secretário? Outrossim, informa que fui motivado a apresentar o requerimento referido em razão do estranho fato de que algumas rádios receberam importância extremamente elevada em relação às demais.

Na oportunidade em que agradeço a atenção de V. Exa. apresento meus cordiais cumprimentos.

(a) VALDIR ROSSONI

Deputado Estadual - PSDB

Exmo. Sr.

Roberto Requião de Melo e Silva

MD. Governador do Estado do Paraná

Palácio Iguaçu”

“CASA CIVIL

OFÍCIO CEE/CC 299/04

Palácio Iguaçu, 3 de março de 2004.

Protocolos 5.811.396-4 e 5.852.947-8

Ref.:

Requerimento apresentado em 09/12/03. Pedido de informações sobre tratamento dispensado às rádios 96 FM e Globo FM, no que diz respeito a verbas de publicidade para divulgação do Programa “Luz Fraterna”.

Senhor Deputado:

Em resposta ao requerimento acima referido, que foi submetido à análise da Secretaria de Estado da Comunicação Social, estamos encaminhando a V. Exa. cópia das informações recebidas daquela Pasta.

Atenciosamente,

ROGÉRIO HELIAS CARBONI

Chefe da Casa Civil em exercício

Excelentíssimo Senhor

Deputado VALDIR ROSSONI

Assembléia Legislativa do Estado

CURITIBA-PR”

“SECRETARIA DE ESTADO

DA COMUNICAÇÃO SOCIAL

À Diretoria Geral

As citadas rádios foram utilizadas como mídia de manutenção na comunicação oficial do Governo, que visava informar a população mais pobre os benefícios a quem tem direito.

Isto é uma técnica usual em comunicação. Após o lançamento de impacto de uma determinada informação, mantém-se no ar após a cobertura inicial, a informação residual que tem a finalidade de atender aos beneficiários que ainda não foram atingidos pela ação governamental.

Para confirmar as justificativas que estamos fornecendo, seguem em anexo dados de uma pesquisa realizada pelo Governo Estadual em fevereiro de 2004.

Entre outros assuntos, a pesquisa pergunta à população sobre o conhecimento e a concordância a respeito do programa Luz Fraterna. Apesar de toda cobertura, 20,87% ainda não conhecem o benefício e, por incrível que pareça, 23,3% estão localizados na classe D e E.

No nosso entendimento, esta mídia deveria permanecer mais tempo no ar para podermos atingir 100% dos beneficiários.

(a) JANE PRÓSPERO

Coordenadora de mídia

Praça Nossa Senhora da Salete s/nº

Palácio Iguaçu - Centro Cívico

80530-909 - Curitiba - Paraná - Brasil

Fone 41 350 2400

## Relatório de Resultado de Pesquisa - Gráfico

Pesquisa: Pesquisa Curitiba - 12/02/2004 a 15/02/2004

Pergunta: O Governo do Paraná criou o programa “Luz Fraterna”, você é?

Opção	Total	Mas	Fem	Fund	Médio	Sup	AB	C	DE	Z1	Z2
Totalmente a favor	53,47	51,49	55,39	54,49	56,21	43,98	48,82	53,91	60,63	44,60	62,89
Não conhece o projeto	20,87	20,95	20,79	24,45	16,55	21,16	17,90	22,33	23,13	17,27	18,87

**Relatório de Resultado de Pesquisa - Gráfico**  
**Pesquisa: Pesquisa Curitiba - 12/02/2004 a 15/02/2004**  
**Pergunta: O Governo do Paraná criou o programa "Luz Fraterna", você é?**

A favor em parte	16,67	17,97	15,39	11,49	18,97	25,73	22,42	15,15	9,69	26,62	12,58
Totalmente contra	6,80	6,76	6,84	7,22	6,55	6,22	8,14	6,22	5,63	9,35	5,03
NS/NOP	2,20	2,84	1,58	2,36	1,72	2,90	2,71	2,39	0,94	2,18	0,63
Base*	1.500	740	760	679	580	241	553	627	320		159

**Relatório de Resultado de Pesquisa - Gráfico**  
**Pesquisa: Pesquisa Curitiba - 12/02/2004 a 15/02/2004**  
**Pergunta: O Governo do Paraná criou o programa "Luz Fraterna", você é?**

Z3	Z4	Z145	Z174	Z175	Z176	Z177	Z178	16-17	18-23	24-29	30-39	40-49	50-+
45,50	63,27	57,06	50,98	57,36	53,78	58,28	40,88	45,95	61,83	56,42	51,44	53,29	49,05
24,34	9,52	22,03	24,18	19,38	26,89	19,87	26,28	35,14	15,35	19,27	18,68	20,42	26,43
22,22	16,33	12,43	9,15	13,18	13,45	11,28	29,93	13,51	19,92	16,97	21,26	13,49	12,81
5,29	8,16	7,91	12,42	6,98	5,04	5,96	1,46	2,70	1,66	5,05	6,32	10,38	9,26
2,65	2,72	0,56	3,27	3,10	0,84	4,64	1,46	2,70	1,24	2,29	2,30	2,42	2,45
189	147	177	153	129	119	151	137	37	241	218	348	289	367

**Parâmetros da Pesquisa**

\* Os valores da base são em números absolutos. Os demais valores são em percentuais.

**REQUERIMENTO Nº 280**

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER após ouvido o doutor Plenário, o envio de Ofício ao Exmo. Sr. Waldir Pugliesi, DD. secretário Estadual dos Transportes, solicitando a readequação e cascalhamento da estrada vicinal Aparecidinha, no município de Foz do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 15.03.2004.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

**JUSTIFICATIVA:**

O bairro Aparecidinha tem sua base econômica predominantemente ligado à agricultura, sendo que o acesso àquela zona rural não possui asfalto ou outras modalidades de sistema primário, prejudicando o escoamento da produção agrícola, provocando tráfego lento e desgastes prematuros dos veículos, principalmente os de transportes pesados, tais como caminhões e coletivos que utilizam-se daquela via para acessar o centro da cidade ou demais regiões.

Também com as obras de readequação e cascalhamento facilitará o acesso daquela população à saúde e educação, proporcionando transporte de boa qualidade e conseqüentemente maior rapidez de locomoção, fato imprescindível para o desenvolvimento daquela comunidade.

**REQUERIMENTO Nº 290**

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER depois de ouvido o doutor Plenário, o envio de expediente ao secretário de Estado da Segurança Pública, Luiz Fernando Delazari, solicitando informações sobre denúncias do Instituto Médico Legal de Curitiba - IML - que está com carência de médicos para exames cadavéricos.

Sala das Sessões, em 15.03.2004.

(a) BARBOSA NETO

**REQUERIMENTO Nº 298**

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER após ouvido o doutor Plenário, ao secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Sr. Aldair Rizzi, informar quais os convênios firmados, a partir de 01 de janeiro de 2003, pelo Instituto de Tecnologia do Paraná - Tecpar, pelo Fundo Paraná, pela Fundação Araucária, pelo Paraná Tecnologia, pelo Sistema Meteorológico do Paraná - Simepar e pela Rede Paranaense de Ensino e Pesquisa, quais os respectivos valores, quais as conveniadas e quais os valores já liderados até a presente data?

Sala das Sessões, em 15.03.2004.

(aa) ELIO RUSCH, VALDIR ROSSONI, DURVAL AMARAL e LUIZ CARLOS MARTINS

**REQUERIMENTO Nº 297**

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, ao Sr. governador Roberto Requião, informar qual a legislação que fundamenta a proibição do embarque de soja transgênica nos portos do Estado do Paraná, por parte do governo estadual.

Sala das Sessões, em 15.03.2004.

(aa) ELIO RUSCH, VALDIR ROSSONI, DURVAL AMARAL e LUIZ CARLOS MARTINS.

#### REQUERIMENTO Nº 293

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam prestadas pelo secretário de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social, Padre Roque Zimmermann as seguintes informações, relativas ao servidor público dessa pasta, José Carlos Becker de Oliveira e Silva, lotado em Umuarama:

a) a partir de 1º de janeiro de 2003, as viagens que procedeu, respectivas datas de saída e de retorno;

b) diárias recebidas relativamente a cada uma delas;

c) roteiro individualizado e meio de locomoção;

d) passagens terrestres/aéreas expedidas ou romaneio de locomoção do veículo (quilometragem, destino, data, hora de saída e retorno do veículo);

e) em caso de viagens procedidas com veículos locados, informar também, marca, modelo, ano do veículo e valor de cada locação;

f) juntar ficha funcional e folha de frequência do servidor nominado.

Sala das Sessões, em 15.03.2004.

(aa) DURVAL AMARAL, VALDIR ROSSONI, ELIO RUSCH e LUIZ CARLOS MARTINS.

#### REQUERIMENTO Nº 296

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, ao secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento, Sr. Orlando Pessuti, informar relativamente ao Programa Paraná 12 Meses, quais os valores liberados, a partir de 01 de janeiro de 2003, até a presente data, discriminadamente por região administrativa e por município.

Sala das Sessões, em 15.03.2004.

(aa) ELIO RUSCH, VALDIR ROSSONI, DURVAL AMARAL e LUIZ CARLOS MARTINS.

#### REQUERIMENTO Nº 285

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, ao Sr. governador do Estado, informar:

1) perante qual ente internacional ocorreu a audiência que motivou a viagem do governador a Paris?

2) Quais foram os integrantes da comitiva que acompanharam o governador?

3) Qual a data, horário e local da audiência?

4) Qual o nome, cargo ou função das pessoas que receberam o governador e sua comitiva, na anunciada audiência e quais foram os participantes?

5) O governador ou representante seu, membro da comitiva, participou dessa audiência?

6) Quais os resultados obtidos pelo governador e sua comitiva em decorrência da audiência referida?

7) Juntar cópias da ata da referida reunião?

8) Qual o custo desta "expedição", passagens, transportes, hospedagem, alimentação, diárias?

9) Quais assuntos tratados nas demais escalas da viagem, sobretudo na Bélgica e na Suíça?

Sala das Sessões, em 15.03.2004.

(a) VALDIR ROSSONI

#### REQUERIMENTO Nº 281

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, que após ouvido o Plenário, seja enviado ao Exmo. Sr. Cláudio Murilo Xavier, digníssimo secretário de Estado da Saúde, solicitação no sentido de fornecer as seguintes informações:

1) quais foram os recursos destinados ao Sistema Único de Saúde no último quadrimestre do ano de 2003 por parte do Governo do Estado do Paraná;

2) tais recursos destinaram-se a quais projetos e programas prioritários;

3) quais e quantos medicamentos foram adquiridos e que destinação lhes foi dada;

4) quais foram os hospitais e creches construídos no período conforme referências do secretário de Estado Heron Arzuza em sua prestação de contas na Assembleia Legislativa;

5) quais foram as creches construídas no período;

6) qual o planejamento do Sistema Único de Saúde para os próximos quadrimestres;

7) está assegurada a continuidade da política de saúde, como política de Estado, no Paraná, para os próximos anos?

Sala das Sessões, em 15.03.2004.

(a) DOUTOR LUCIANO

#### JUSTIFICATIVA:

Arrasta-se por alguns anos no Brasil a irresponsabilidade da maioria das unidades da Federação, entre elas, com destaque, o Paraná, no que diz respeito ao financiamento do Sistema Único de Saúde. Esta atitude tem suscitado reações de distintas forças sociais em defesa do cumprimento dos preceitos constitucionais,

tendo sido objeto de atuação deste parlamentar junto ao Ministério Público.

Emenda Constitucional que regula a matéria não é fruto de um capricho, mas resultado de um clamor que se estendeu pelo Brasil afora em razão deste persistente desfinanciamento do Sistema Único de Saúde. Os municípios vêm, há muito tempo, arcando com suas responsabilidades e, na maioria dos casos, já foram além do suportável. No Paraná, não obstante a mobilização e o empenho de lideranças do setor, em sucessivos alertas quanto à crônica penúria a que o Sistema está submetido, o governo estadual consagrou a insensibilidade e a ilegalidade nas propostas de Plano Plurianual e de Orçamento para 2004, que fez aprovar na Assembléia Legislativa.

Diante disso, são estarrecedoras as palavras de um representante do Governo que, no exercício da missão legal da prestação quadrimestral de contas do mesmo junto a Assembléia Legislativa, disse: “o Estado não atingiu os 10% de investimentos em saúde no ano passado, mas no último trimestre jogou dinheiro fora para tentar aumentar os gastos. Torramos dinheiro na compra de remédios, na construção de hospitais e creches e o governador Roberto Requião não gostou disso” (Gazeta do Povo, 10 de março de 2004).

Trata-se do reconhecimento oficial de que o Governo do Estado não tem planejamento na área da saúde do Paraná? É a confissão do descaso que estaria sendo cometido contra a saúde pública de nosso Estado?

Por que, enquanto o governo estadual diz torrar dinheiro, várias pessoas enfrentam filas em hospitais, não têm recursos para comprar medicamentos e aguardam por atendimento? E, ao mesmo tempo, o Governo vetou - e a Assembléia derrubou o veto - projetos de alta relevância na área de saúde, como o Código de Direitos dos Usuários do SUS e o de garantia do Direito da Gestante ao Conhecimento e Vinculação à Maternidade?

#### REQUERIMENTO Nº 282

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, que após ouvido o Plenário, seja enviado ao Exmo. Sr. Cláudio Murilo Xavier, digníssimo secretário de Estado da Saúde, solicitação no sentido de fornecer informações completas quanto à aplicação dos recursos destinados ao Sistema Único de Saúde por parte do Governo do Estado do Paraná no último quadrimestre do exercício de 2003.

Sala das Sessões, em 15.03.2004.

(a) DOUTOR LUCIANO

JUSTIFICATIVA:

Arrasta-se por alguns anos no Brasil a irresponsabilidade da maioria das unidades da Federação, entre elas, com destaque, o Paraná, no que diz respeito ao financiamento do Sistema Único de Saúde. Esta atitude tem suscitado reações de distintas forças sociais em defesa do cumprimento dos preceitos constitucionais,

tendo sido objeto de atuação deste parlamentar junto ao Ministério Público.

Emenda Constitucional que regula a matéria não é fruto de um capricho, mas resultado de um clamor que se estendeu pelo Brasil afora em razão deste persistente desfinanciamento do Sistema Único de Saúde. Os municípios vêm, há muito tempo, arcando com suas responsabilidades e, na maioria dos casos, já foram além do suportável. No Paraná, não obstante a mobilização e o empenho de lideranças do setor, em sucessivos alertas quanto à crônica penúria a que o Sistema está submetido, o governo estadual consagrou a insensibilidade e a ilegalidade nas propostas de Plano Plurianual e de Orçamento para 2004, que fez aprovar na Assembléia Legislativa.

Diante disso, são estarrecedoras as palavras de um representante do Governo que, no exercício da missão legal da prestação quadrimestral de contas do mesmo junto a Assembléia Legislativa, disse: “o Estado não atingiu os 10% de investimentos em saúde no ano passado, mas no último trimestre jogou dinheiro fora para tentar aumentar os gastos. Torramos dinheiro na compra de remédios, na construção de hospitais e creches e o governador Roberto Requião não gostou disso” (Gazeta do Povo, 10 de março de 2004).

Trata-se do reconhecimento oficial de que o Governo do Estado não tem planejamento na área da saúde do Paraná? É a confissão do descaso que estaria sendo cometido contra a saúde pública de nosso Estado?

Por que, enquanto o governo estadual diz torrar dinheiro, várias pessoas enfrentam filas em hospitais, não têm recursos para comprar medicamentos e aguardam por atendimento? E, ao mesmo tempo, o Governo vetou - e a Assembléia derrubou o veto - projetos de alta relevância na área de saúde, como o Código de Direitos dos Usuários do SUS e o de garantia do Direito da Gestante ao Conhecimento e Vinculação à Maternidade?

#### Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 061/2004

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Os estabelecimentos enquadrados nos programas: Bom Emprego, Apoio ao Desenvolvimento Produtivo, Paraná Mais Empregos e no Programa de Desenvolvimento Tecnológico e Social do Paraná (Prodepar), poderão quitar os créditos tributários decorrentes das parcelas do imposto postergado, sem retroação da multa e juros de mora aos termos iniciais do rito sumário de que trata o artigo 57, da Lei nº 11.580/96, parcelados em 48 (quarenta e oito) meses.

Parágrafo Único - O parcelamento será concedido observando-se o seguinte:

a) não tenha sido enquadrado em um dos programas referidos no *caput* com prazo de pagamento superior a 48 (quarenta e oito) meses;

b) seja recolhido o equivalente a 20% (vinte por cento) do valor a parcelar e requerido até a data do vencimento da parcela postergada;

c) a primeira parcela terá o seu vencimento 60 (sessenta) dias depois de protocolado o requerimento e as demais, no mesmo dia de cada mês subsequente;

d) não se encontre inadimplente com o programa em que esteja enquadrado;

e) não possua débito inscrito em Dívida Ativa do Estado sem suficiente garantia.

Art. 2º - O crédito tributário parcelado, atualizado monetariamente, será acrescido dos juros de mora vencidos.

Art. 3º - Para quitação, total ou parcial, dos valores postergados ou parcelados, poderá o contribuinte utilizar crédito acumulado do próprio estabelecimento ou recebido de terceiros, bem como compensar com precatórios do Estado do Paraná vencidos até dezembro de 2003.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 15.03.2004.

(a) HERMAS BRANDÃO

#### JUSTIFICATIVA:

O Estado do Paraná, desde 1992 vem concedendo estímulos ao investimento produtivo via postergação do ICMS gerados pelos próprios investimentos que são concretizados em seu território.

Esta prática não implica desembolso de recursos do tesouro estadual para o financiamento de programas de fomento à industrialização e a outras atividades de interesse do Estado, pois o valor do benefício alcança apenas a parte do ICMS que o novo empreendimento venha a gerar no Estado. Em suma, se o investimento não viesse a ser realizado no Paraná, não haveria nenhum ICMS a ser gerado aqui. Com esse tipo de programa de apoio, as empresas investem e são beneficiadas sem nenhum ônus para o Tesouro do Estado, inclusive porque o imposto recolhido será monetariamente atualizado.

No caso dos programas Bom Emprego, Paraná Mais Empregos e de Desenvolvimento Tecnológico e Social do Paraná - Prodepar, há um período de carência de 48 (quarenta e oito) meses a partir do qual as empresas pagam o imposto gerado nos meses da carência, mês a mês, por mais 48 (quarenta e oito) meses.

Sem embargo de o favor consistir em um financiamento de capital de giro para as empresas que estão iniciando ou ampliando suas atividades no Estado do Paraná, concedido no período de fruição do Programa, não raras vezes as empresas enfrentam dificuldades para honrar o pagamento das parcelas do Programa, pois nos 48 (quarenta e oito) meses seguintes ao período de fruição,

os benefícios passam a desembolsar o pagamento do ICMS postergado pelo Programa devidamente corrigido, juntamente com o imposto gerado em decorrência do funcionamento normal da empresa.

Pagar o equivalente a duas guias de ICMS todo mês, gera desequilíbrio financeiro nas empresas, ainda mais considerando que em média o ICMS representa 6% (seis por cento) do faturamento bruto. Duas guias no mês, elevam esse percentual para cerca de 12% (doze por cento) da receita das empresas.

Sob essa ótica os programas de fomento ao desenvolvimento econômico e social do Estado dão condições de crescimento às empresas nos primeiros 48 (quarenta e oito) meses e as sufocam nos seguintes 48 (quarenta e oito) meses. Evidente, se o Estado tivesse previsto o pagamento em parcelas bimestrais, o impacto de caixa seria facilmente administrado.

Não há lógica e fuge do espírito do incentivo fiscal concedido em estimular a criação de empresas para logo em seguida inviabilizá-las.

A agravante desse processo é que se o sujeito passivo inadimplir com programa de desenvolvimento há uma penalização excessiva, pois a legislação prevê que a inadimplência faz desaparecer o benefício concedido. Em razão desse fato o imposto e a multa passam a ser devidos desde 48 (quarenta e oito) meses antes, incidindo correção monetária vencida sobre a multa e juros pela taxa Selic, sobre o valor da multa e do imposto desde lá de trás.

Nesta caso a empresa que está tendo dificuldades financeiras para quitar o seu imposto mensal e mais a parcela do programa estará inviabilizada de vez.

Deixar de quitar o imposto mensal também não é o desejável nem para a empresa nem para o Estado.

No sentido de permitir a continuidade das atividades dessas empresas e para que não se frustre a expectativa da sociedade paranaense em ver consolidado o seu desenvolvimento econômico e social, este projeto de lei merece aprovação desta Casa, pois vem oferecer um mecanismo de apoio às empresas enquadradas nos programas de incentivo que lhes permita sobreviver a esse período de cumulação de pagamentos.

Não se trata de mecanismo de dispensa de valores devidos ao Estado, não se trata de concessão de remissão nem de anistia, e sim de criar um mecanismo ágil, para os casos em que a empresa tenha dificuldade de quitar o imposto postergado e não se torne inadimplente para com o Tesouro Estadual.

Tal mecanismo consiste em permitir que o valor da parcela do programa que a empresa tenha dificuldade de quitar, possa ser recolhido parceladamente, sem a onerosidade do efeito retroativo. Ressalta-se que o valor a parcelar é equivalente a 80% (oitenta por cento) do imposto, já que a proposta prevê o recolhimento de 20% (vinte por cento) do valor devido dentro do prazo de pagamento fixado no programa.



Trata-se, pois, de mecanismo de apoio adicional ao fortalecimento da economia do Estado, da mesma forma que os programas, sem qualquer dispensa de valores de impostos devidos ao Estado.

O que o projeto de lei pretende, além da possibilidade da ampliação do prazo de pagamento para as empresas que se encontrem em dificuldades para quitar o seu ICMS, é evitar a onerosidade excessiva prevista para inadimplência às parcelas do programa.

A proposta define também condições para a fruição do benefício, tais como, que vedam a sua aplicação para empresas que tenham dívida ativa não garantida, que não estejam em dia com o pagamento das parcelas do programa, bem como para aquelas que tenha sido enquadradas, em qualquer um dos programas de estímulo, com prazo de pagamento superior a 48 (quarenta e oito) meses, preservando assim os interesses da Fazenda Pública e da sociedade paranaense.

Outra questão de há muito reivindicada pelas empresas que se busca resolver dentro deste projeto é a de estabelecer a possibilidade de que a quitação das parcelas do imposto desses programas possa ser feita com créditos acumulados ou com precatórios requisitórios do Estado do Paraná, vencidos até 31 de dezembro de 2003.

Em ambas as situações o contribuinte devedor também é credor do Estado de quantias que o ente público deve legalmente honrar, especialmente em cumprimento ao que determina a Constituição Federal/88, permitindo, inclusive, que o Estado também resolva parte de sua dívida sem retirar recursos do Tesouro Estadual.

Enfim, sem que haja perda ou custo adicional, estará o Estado do Paraná afastando mais um obstáculo da economia e viabilizando a continuidade e o crescimento das empresas e buscam a evolução e investem no território paranaense, propiciando a manutenção e até mesmo ao aumento da geração de empregos.

Isto posto, esperamos contar com o apoio dos nobres pares à aprovação do presente projeto de lei.

#### PROJETO DE LEI Nº 062/2004

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica alterada a redação do inciso IV, do artigo 2º, da Lei nº 14.234, de 26 de novembro de 2003, conforme segue:

Art. 1º - .....

.....

IV - prêmio de produtividade aos procuradores em exercício, sob a forma de concessão de auxílio financeiro para estudos ou estágios, no país ou no exterior, visando seu aprimoramento técnico, até o limite de 90% (noventa por cento);

Art. 2º - Fica alterada a redação do parágrafo único, do artigo 3º, da lei nº 14.234, de 26 de novembro de 2003, conforme segue:

Art. 3º - .....

.....

Parágrafo Único - As receitas do Fepge/PR não integram o percentual da receita estadual destinada à Procuradoria Geral do Estado, prevista na lei orçamentária e não poderão ser destinadas, a qualquer título, para despesas com pessoal, com exceção das hipóteses previstas nos incisos III e IV, do artigo 2º desta lei.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, em 15.03.2004.

(a) DURVAL AMARAL

Apoiamento:

Elio Rusch, Nelson Garcia, Valdir Rossoni e Geraldo Cartário.

JUSTIFICATIVA:

A presente proposta de lei tem por objetivo assegurar o constante e necessário aperfeiçoamento técnico do órgão mais importante de assessoramento extrajudicial e judicial do Poder Executivo, como forma de garantir a mais segura e correta orientação jurídica ao senhor governador do Estado, no exercício das funções governamentais que determinam e influenciam o futuro deste Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao deputado Jocelito Canto.

O SR. JOCELITO CANTO

Senhor presidente, senhores deputados.

Somente para registrar nesta tarde que estávamos junto com o senhor governador Roberto Requião e demais deputados, por ocasião do Plano de Cargos e Salários dos Professores. Foi um momento muito bonito. Tivemos a palavra do nosso líder deputado Ângelo Vanhoni.

Mas, gostaria apenas de lembrar hoje, que o governador precisa apenas resolver o problema das universidades. Não está difícil. sabemos que as universidades têm graves erros e haveremos de junto com o deputado Bradock, que será o presidente da CPI, levantar todos os problemas.

Gostaria de fazer uma solicitação ao governador para que determine a realização dos testes seletivos nas universidades do Paraná. Isso não implica em nada, Ganha-se tempo. E nesse tempo dá para se organizar as universidades. Não somos contra em momento algum que se faça o levantamento e se melhore a qualidade, organize-se as universidades. Acho que para acabar com essas greves que estão ocorrendo hoje, manifestos em todo o Paraná, o governador poderia, sem trazer nenhum transtorno, autorizar o teste seletivo e contratar somente aqueles professores que forem necessários.

Autoriza a Secretaria a contratar pela própria Secretaria e depois chama aqueles professores que forem necessários. Não precisa chamar todos, mas o necessário para as universidades não fiquem paradas como estão neste momento.

Então, é somente isso que queria dizer, da satisfação de ver os professores com seu Plano de Cargos e Salários resolvido. Mas também gostaríamos de não ter parado as universidades, estudantes acampados, estudantes fazendo movimento. Gostaria que o governador autorizasse pelo menos que se fizesse, a nível de Estado do Paraná, o teste seletivo e contratasse de acordo com a necessidade das universidades.

Era isso, senhor presidente, senhores deputados.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Com a palavra ainda no Pequeno Expediente o senhor Waldir Leite.

**O SR. WALDIR LEITE**

Senhor presidente, senhores deputados.

Mais uma vez, deputado Bradock, vamos falar do porto de Paranaguá. Chega até a ser enjoativo, mas não tem outra coisa a falar, porque a cada dia que passa as coisas vão piorando lá em Paranaguá. E na última quinta-feira não foi diferente, quando a Comissão de Fiscalização esteve em Paranaguá eu acompanhado dos senhores deputados Neivo Beraldin e Nelson Tureck, escutamos toda a comunidade envolvida no segmento portuário. Desde os agentes que trazem os navios, desde os operadores que levam as cargas, os sindicatos dos Trabalhadores Avulsos e todas as pessoas foram unânimes, todos foram contrários a atual administração do senhor superintendente dos portos hoje, que vem massacrando os operadores, agentes e trabalhadores. Além das pessoas envolvidas no segmento portuário como os cantineiros que trabalham há 23 anos naquela região e hoje o superintendente quer acabar com o trabalho deles também. Quando fazemos algumas denúncias temos fundamento. Vejam só, tem o sindicato da Indústria de Adubos e Corretivos Agrícolas do Estado do Paraná, o Sindiadubos, que importa 5 milhões de toneladas de adubos por ano. E esse Sindicato, pasmem os senhores, eles querem ajudar o porto reformando suas balanças, fazendo a parceira com o porto. Há um ano que esse senhor superintendente não recebe esse segmento, ou seja, esse segmento que fornece todo o fertilizante para a nossa agricultura.

Então, não é possível. A gente quer saber quais os interesses que movem esse senhor para que ele não tenha nenhuma vontade de arrumar as balanças do porto. É incrível! Ano passado houve uma quebra de 0,23 da importação de fertilizantes. E isso representou mais ou menos alguma coisa em torno de dez milhões de reais que os produtores perderam e não se sabe como. E existe uma relutância muito grande naquela instituição para que as balanças não sejam arrumadas. Então, não posso continuar assistindo a isso de forma passiva, sem

trazer para a Assembléia esses problemas. Tanto do deputado Tureck como o deputado Neivo acompanharam em Paranaguá o que se pode retratar como caos, como um acidente que vem acontecendo em Paranaguá.

Nosso porto fica desacreditado, nossos trabalhadores ficam sem seu emprego. E gostaria mesmo que os deputados da base aliada, como também faço parte, até porque poucos entendem da mecânica do porto e hoje se não em engano vai ter uma reunião com relação ao porto de Paranaguá, e quero que as pessoas aqui venham explicar mas não venham mentir. Mentir não. Porque já existe uma grande mentira quando falam que assumiram o porto com caixa zero e na verdade quando assumiu o porto já existia, naquela instituição, 50 milhões de reais em caixa.

Então, as pessoas vêm aqui, mentem, e pensam que os deputados são bobos. E talvez imaginando que as pessoas não tenham conhecimento daquela mecânica do porto de Paranaguá, venham talvez, querer iludir a todos os deputados. E não vou permitir nessa reunião que as pessoas sejam enganadas. Eu, fazendo parte da base de apoio, o que for verdadeiro irei concordar. O que for mentira irei veementemente protestar, porque não podemos deixar que pessoas alheias ao Legislativo venham aqui tentar enganar os deputados. Isso a gente não pode admitir.

Desta forma, quero deixar bem claro que a mentira está predominando em Paranaguá, a mentira está predominando na empresa. Paranaguá está um caos, o deputado federal Eduardo Sciarra que aqui se faz presente sabe disso. A AMEC - Associação Nacional dos Exportadores de Cereais pediu intervenção no porto de Paranaguá. Ou seja, é uma vergonha o que vem acontecendo e o que é pior, a gente não sabe quais interesses que movem essas decisões administrativas que tanto prejudicam o povo, o trabalhador, o empresário, o armador, o agente e até o próprio Estado que deixa de arrecadar com esses desmandos que vêm acontecendo em Paranaguá.

Vou contar um caso. Temos um depoimento do presidente dos Operadores Portuários de Paranaguá, que ele retrata: o diretor-técnico do porto na hora de fazer um contrato, colocou uma cláusula, estipulou o valor e falou para quem tinha que ser pago, Ou seja, isso é uma vergonha, é uma grande imoralidade. Isso aí está documentado, filmado, taquigrafado na forma oficial conforme os trabalhos da Comissão. Não é possível que continuemos vendo essas barbaridades e não faça nada.

Eu quero que as coisas mudem para melhor, independente da pessoa que vá para o porto, que fique no porto. Mas ela tem que ser responsável para com a economia do nosso Estado, para com a integridade moral e ética do governo Requião. Então não posso, de forma alguma, continuar assistindo a essas coisas, passivamente.

Existem em Paranaguá também, os trabalhadores avulsos. Os arrumadores vêm sendo enganados insistentemente com uma ação trabalhista que eles movem contra o porto há quatorze anos, o superintendente dos

portos vai até o Sindicato, engana que vai pagar, marca a data com as pessoas e acaba enganando a todos. Então, temos que acabar com a mentira, temos que acabar com a canalhice que está acontecendo em Paranaguá.

Agradeço a todos os deputados pela atenção dispensada e espero que todos vocês tenham a curiosidade de saber o que realmente acontece em Paranaguá. Não vamos mais tapar o sol com a peneira: não dá para defender o indefensável.

Boa tarde a todos, muito obrigado.

#### O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

O Grande Expediente de hoje está reservado, conforme ofício já aprovado anteriormente, ao professor Gilberto César Pavaneli, reitor da Universidade Estadual de Maringá, por solicitação da deputada Cida Borghetti. Solicito à deputada que conduza o nosso magnífico reitor, professor Gilberto César Pavaneli.

#### O SR. GILBERTO CÉSAR PAVANELI

Senhor presidente Hermas Brandão, muito obrigado por permitir que a Universidade Estadual de Maringá use esta tribuna para dirigir-se aos deputados estaduais do Paraná.

Gostaria de agradecer, efusivamente, à deputada Cida Borghetti que tem, sempre que possível e impossível, atendido à UEM e representado a UEM da melhor maneira possível aqui na Assembléia Legislativa.

Agradecer ao deputado Nishimori que é de Maringá também, agradecer ao deputado Padre Paulo que é da nossa bancada, agradecer ao deputado Nelson Garcia que é da região de Umuarama onde a universidade tem cursos que foram criados e que vamos tratar disso aqui.

Gostaria de dizer que a UEM foi criada em 1970, graças a um decreto do antigo governador da época Dr. Paulo Pimentel que criou 3 universidades ao mesmo tempo: Maringá, Londrina e Ponta Grossa. O Dr. Paulo Pimentel tinha claro, naquela momento, que para deslocar o eixo da industrialização e do desenvolvimento para o interior ele precisava de universidades no interior e universidades fortes. Então ele criou, de uma única vez, três universidades. Ele tinha uma visão de estadista naquela época já.

Quero falar um pouco da UEM para os senhores. A nossa universidade é composta por cerca de 20 mil pessoas. Temos 1280 professores, temos 2800 funcionários e temos 16 mil alunos. Nesses alunos estão incluídos os da graduação e os da pós-graduação, os do campo sede que é Maringá e das extensões. Gostaria de dizer aos senhores que a UEM é, de todas as universidades do Paraná, incluindo a Federal, e falo isso com muito orgulho e satisfação, a universidade que possui o melhor percentual de capacitação dos seus docentes: 85% dos docentes da UEM possuem, pelo menos, o título de mestre e 700 são doutores.

Estamos oferecendo, no momento, 49 cursos de graduação. Com um total de 14 mil alunos matriculados.

Os senhores devem ter acompanhado pelo noticiário o desempenho das universidades no Provão e gostaria de dizer que Maringá se saiu muito bem. Nós tivemos 22 cursos analisados pelo provão. Desses 22 cursos, 10 tiraram conceito A, 7 tiraram conceito B e 4 conceito C. Isso mostra o padrão UEM de qualidade dos cursos de graduação.

Um outro dado que gostaria de divulgar também, foi o exame da OAB. Anualmente a Ordem faz exames para selecionar advogados para poderem trabalhar na profissão. Maringá teve o melhor resultado. 52% dos advogados formados pela UEM foram aprovados no exame da Ordem. A Federal teve 50 e assim sucessivamente.

A nossa universidade hoje pode ser considerada uma universidade regional. Ela não é só de Maringá. Ela não atende só a nossa cidade-região. Nós estamos, hoje em Umuarama, estamos em Goioerê, Cianorte, Cidade Gaúcha, Diamante do Norte, em Porto Rico, e em Iguaçu. É uma universidade multicampi. E atendemos pelo SUS todos os municípios que compõem a AMUSEP, o nosso Hospital Universitário. Um dos projetos mais importantes que a universidade tem é o ensino à distância. São 1300 professoras que são leigas, que não tiveram a oportunidade de se qualificar, que teriam que ser alijadas do processo. Existe um prazo para elas se qualificarem. Se elas não se qualificarem nesse prazo, elas não podem nem se aposentar. E a UEM está formando 1300 dessas professoras. É o maior projeto de incorporação, de integração que está sendo desenvolvido pelas universidades do interior.

Dizer e mencionar com força até que a universidade, deputada Cida, seguindo a sua tendência está trabalhando fortemente na verticalização do ensino. Acho isso fundamental. Nós temos hoje 23 cursos de mestrado e 7 cursos de doutorados. Mais que o número que é muito expressivo, são 30, a universidade tem todos esses cursos reconhecidos pela CAPS, para que o aluno receba o diploma. O diploma com validade nacional. Os cursos da UEM são reconhecidos pela CAPS.

Recentemente o CNPQ divulgou o ranking da produção científica no Brasil. E ele diz que na sua página está lá, se os senhores quiserem acessar, deverão. Aliás, devem. Que a UEM teve o maior crescimento de todas as IES do Brasil, nos últimos 10 anos. A UEM é considerada a universidade que mais se desenvolveu na questão da pesquisa científica. E graças a esse desempenho nós estamos classificados entre as 30 melhores universidades do Brasil, quer públicas, quer privadas, quer particulares, quer estatais.

Onde a UEM se destaca também e de uma maneira muito forte é na captação de recursos. Recentemente estou divulgando aqui informações de captação de recursos de vários projetos da Instituição, no valor de 15 milhões de reais. São projetos que a universidade executa para a CAPS, através da Fundação Araucária, através da CNPQ, através da Finep. Só para os senhores terem uma idéia,

recentemente fomos contratados pelo Ministério da Saúde, para que produzamos 27 milhões de cápsulas, de um produto que é anti-hipertensivo, o Captocril, que será distribuído pelo Ministério a todas as pessoas carentes do país.

Temos um núcleo de metabolismo hepático, que é coordenado pelo professor Adelar Brast, que recebeu 2 milhões de reais do Pronex, do CNPQ. E o professor Adelar, tenho satisfação de dizer, é o prêmio paranaense de Ciência e Tecnologia do ano passado. É um prêmio atribuído pelo Estado do Paraná, tradicional, e o nosso professor foi contemplado.

Gostaria de mencionar o Nepron, que é o Núcleo de Estudos de Produtos Naturais, que desenvolve pesquisa com a stévia. A stévia tem algumas características que eu acho importante os senhores conhecerem. Por exemplo, é 100 vezes mais doce que o açúcar comum. Ela passa direto pelo tubo digestivo, sem ser absorvida pelo organismo. Então, a pessoa tem uma sensação de doce, mas não incorpora o açúcar. Desta maneira, ela é usada por diabéticos e é usada para quem faz regimes de emagrecimento.

Recebemos da empresa Massa & Massa, um milhão e meio de reais, para que possamos desenvolver essas pesquisas. A empresa Massa & Massa é a empresa do apresentador de televisão, Ratinho. Está ajudando, desta maneira, nossa instituição.

Temos um projeto, desenvolvido pelo Nupelia, que é o núcleo de pesquisa que trabalha com peixes, onde tivemos, no nosso início, um apoio muito forte do Dr. Borghetti, que é irmão da deputada Cida. Só vou mencionar um projeto, para não cansar muito os deputados. Temos um projeto em Cuiabá, no reservatório de Manso, onde estamos fazendo avaliação de impacto ambiental. Um projeto no valor de quatro milhões e cem mil. É o maior projeto que a universidade tem. É o maior projeto individual que uma universidade tem, no Paraná.

Gostaria de mencionar o seguinte: ao lado deste reservatório, em Cuiabá, tem a Universidade Federal do Mato Grosso, a Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Universidade Federal de Goiás e a Universidade de Brasília. E eles vieram pegar nossa UEM, no interior do Paraná, para fazer estes relatórios.

Também gostaria de mencionar o seguinte: recentemente, o presidente da República, regulamentou a pesca no Brasil. E esta regulamentação da pesca se baseou em estudos de impacto ambiental e monitoração da pesca, feito pelo Nupelia. O Nupelia informou ao presidente, a época em que ele deveria providenciar o defeso e assim por diante. Então, é uma área na qual temos uma performance relativamente grande.

Quero mencionar aqui, estou falando de uma forma relativamente apressada para que haja algum tempo para discutirmos, mas quero mencionar o Genopar, que é o genoma do Paraná, é um pool de universidades. A EL participa, o Iapar participa. E estamos fazendo sequenciamento genético de uma bactéria. Esta

bactéria, normalmente, não fixa o nitrogênio no solo. Se nós conseguirmos decodificar esta bactéria, ensiná-la a fixar o nitrogênio no solo, isto vai refletir numa economia de 300 milhões de reais em insumos, que deixarão de ser utilizados na produção da soja, principalmente na região Noroeste do Estado do Paraná, na região do arenito do Caiuá, que é uma região onde está, através da Cocamar, estimulando-se a produção de soja. É um projeto de alta repercussão social.

Nosso Hospital Universitário está indo bem. Nós recebemos um apoio forte do atual Governo do Estado, porque existia uma ala nova deste hospital, que havia sido construída há mais de 3 anos e que não estava em funcionamento. E através da Secretaria da Saúde e da Secretaria da Ciência e Tecnologia, foi possível se providenciar a contratação dos técnicos para trabalhar neste hospital. Desta maneira, ampliamos o número de leitos da UTI adulta, criamos, construímos uma UTI pediátrica - não existia - e construímos uma UTI neonatal. Isso tudo com recursos do Governo do Estado. Desta maneira, nosso hospital voltou a ser um hospital de referência, chamado hospital-escola, que atende urgência e emergência 24 horas por dia.

Quero mencionar, também, um colégio de aplicação, que recentemente foi inaugurado, na região Noroeste do Estado, mais precisamente em Diamante do Norte. Um colégio que foi inaugurado pelo secretário Maurício Requião, e a bem da verdade devo frisar que o nosso governador atual, no seu primeiro mandato, construiu e criou esse colégio, em Diamante do Norte. O Governo que veio depois cancelou o colégio, e agora foi reativado. Então, é uma contribuição muito grande dada à região de Diamante do Norte.

Só para ilustrar são 107 alunos matriculados, dos quais cinco são da Comunidade Indígena. Um laboratório de análise de combustíveis, atendendo um pedido da procuradora-geral do Estado, Dra. Maria Tereza, que disse que toda aquela região estava desamparada sob o ponto de vista de análise de combustíveis. Montamos esse laboratório, ele está funcionando ainda de uma maneira incipiente, mas quando ele estiver na sua plenitude, teremos mil postos de combustíveis sendo analisados pela UEM. Isso vai reduzir drasticamente a evasão fiscal e a criminalidade.

Gostaria de falar um pouco dos cursos novos da UEM. Existe uma polêmica motivada até pela própria imprensa a respeito dos chamados cursos novos das universidades. Vou me referir apenas a UEM.

Os cursos foram criados respeitando uma necessidade, uma demanda regional. Por exemplo: em Maringá criamos quatro cursos de Engenharia. Qual foi a motivação para se criar os quatro cursos? Em Maringá não havia mão-de-obra especializada. Temos algumas indústrias de grande porte e tínhamos dificuldade na mão-de-obra especializada e os cursos de engenharia vieram a suprir essa deficiência de mão-de-obra. Na região de Umuarama foram criados cursos que respeit-

aram aptidão do município. Cursos na área de agropecuária: Medicina Veterinária e Engenharia Agrícola. Em Cidade Gaúcha a mesma coisa. Em Cianorte, que é uma região de vestuário, existem mais de quatrocentas indústrias. Foram criados mais dois cursos: um de moda e outro de designer. O prefeito de Cianorte nos disse que todos os alunos que estão matriculados nesses dois cursos receberam propostas para trabalhar nas empresas da região. São cursos que foram criados respeitando essa capacidade.

Em virtude de problemas orçamentários, o nosso secretário, professor Aldair, determinou que a UEM fizesse todos os esforços para reduzir a necessidade de investimentos e a necessidade de contratações de docentes para esses cursos. E determinou que a UEM se responsabilizasse por alguns desses cursos. Vou mostrar para os senhores as medidas que a UEM tomou para fazer com que esses cursos fiquem menos onerosos para o Estado.

Primeira medida: a UEM assume o compromisso de manter, com recursos próprios, cinco cursos. O problema, não são mais vinte, são quinze. Os cursos são: Secretariado Bilingüe, Estatística, Ciência Social, Filosofia, Arquitetura e Urbanismo. As engenharias que são os cursos mais caros, firmamos dois convênios. O primeiro com o CTM, que é o antigo Cefet de Maringá. Assinamos entre nós e a Prefeitura de Maringá, que disponibilizou todas as instalações desse centro avançado, para que pudéssemos fazer ali aulas teóricas e práticas.

Na semana passada estive conosco o Dr. Rocha Loures, que é o presidente do sistema FIEP, assinou conosco um convênio. E disponibilizou para a UEM todos os laboratórios do Senai de Maringá para que os alunos de Engenharia Mecânica possam estagiar. É um passo decisivo para que possamos reduzir drasticamente a necessidade de aplicação de recursos.

Estamos para assinar um convênio com a Universidade Federal do Paraná, pois ela tem um curso de Medicina Veterinária em Palotina e os professores saem daqui de Curitiba, vão a Palotina, são aulas e voltam e a idéia é de que eles vão a Palotina e depois vão a Umuarama e nos auxiliem dando aula no nosso curso também. Vamos fazer uma parceria inédita entre uma universidade federal e uma universidade estadual.

Gostaria de mencionar, (sei que tem alguns prefeitos aqui, principalmente na Cidade gaúcha) que os prefeitos cumpriram à risca todos os compromissos assumidos com a UEM para oferecer as condições mínimas, necessárias para o funcionamento dos cursos. Essa foi uma exigência do convênio. O prefeito de Cianorte, o prefeito de Gaúcha e o prefeito de Umuarama fizeram investimentos maciços nos seus municípios para receber os cursos da UEM. Só Umuarama, para os senhores tem uma idéia, investiu treze milhões de reais, no total são vinte milhões que foram investidos pelos prefeitos. Queria me dirigir ao Edval, pois Cidade Gaúcha é um município relativamente pequeno e precisava ter lá um

laboratório e salas de aula, como não tinha condições de fazer por si só o investimento, eles fizeram o chamado “Tiquete Cimento” e saíram nas cidades pedindo uma doação para que pudesse ser construído e foi construído, está indo muito bem o curso de Cidade Gaúcha.

Recentemente, precisávamos de um laboratório, de um espaço para guardar os equipamentos que a Massey Ferguson, doou para nós e uma família de lá construiu e fez a doação para a instituição. Todos estamos unidos com um único objetivo: permitir que esses cursos sejam mantidos. A UEM está trabalhando numa engenharia que nunca fizemos na instituição, para reduzir ao menor valor possível as chamadas contratações. Então, estamos juntando turmas para que se contrate um único professor, estamos fazendo com que as aulas práticas não sejam subdivididas para não onerar os professores e estamos fazendo com que os professores que foram contratados para dar aula em único Campus dêem aula no outro também, maximizando o trabalho do docente. Então, essas atividades estão sendo desenvolvidas para o nosso governador e o nosso secretário terem condições de reduzir drasticamente o valor e o volume de recursos a serem investidos.

Eu disse, hoje, pela manhã e gostaria de repetir aqui de que essa mensagem que trago não é minha, é da nossa comunidade, pediram para que eu lesse para o governador, ela não estava, então, eu li para o Sr. Pessuti e vou ler aqui. A mensagem diz que, caso o governador venha a reconhecer a legalidade dos cursos da UEM isso traria uma tranquilidade à comunidade universitária, já que no momento quase três mil alunos, ou seja, três mil famílias encontram-se apreensivas com a possibilidade de cancelamento desses cursos.

Falei de uma maneira rápida para ter algum tempo de debate, se for o caso, e quero dizer que nós reiteramos o pedido que fizemos ao governador e que a UEM está disposta a todos os esforços que forem possíveis e imagináveis no sentido de rever os projetos pedagógicos, rever os projetos orçamentários para que tenhamos condições de preservar esses cursos.

Não consigo imaginar que uma universidade como a nossa, com o potencial de desenvolvimento que alcançou, com trinta e três anos e sendo considerada proporcionalmente a que mais desenvolveu nos projetos de pesquisa, tenha que de alguma maneira cancelar esses cursos. Quero crer que isso não vai acontecer.

Obrigado pela atenção!

**O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)**

Agradecemos o reitor professor Gilberto Pavanelli pelas suas colocações nesta tribuna.

**A SRA. CIDA BORGHETTI**

Pela ordem, senhor presidente.

**(Assentimento)**

Só gostaria, senhor presidente, senhores deputados e senhoras deputadas, de agradecer ao reitor da nossa Universidade Estadual de Maringá, professor Gilberto César Pavanelli; também o vice-reitor, professor Ângelo Priori que, por acaso, deputada Elza, é afilhado da deputada de casamento e, também o prefeito da Cidade Gaúcha que aqui está; o deputado Nelson que é de Umuarama e que tem lutado muito. Também deputado Nishimori, Padre Paulo, mas todos os deputados desta Casa, estamos unidos, para que as nossas universidades sejam futuramente as melhores universidades do Brasil. Prova disso, professor Pavanelli, o senhor colocou muito bem, pode explicar e mostrar aos nossos deputados e deputadas desta Casa, a imprensa de uma maneira geral, da organização da UEM, o que se faz também lá nos laboratórios, os remédios genéricos que estão servindo para a população do Brasil, na área da saúde, o nosso Hospital Regional.

E nós, juntamente com o professor Pavanelli, os deputados regionais, federais e estaduais, a comunidade, visitamos sempre que possível, não só as dependências da nossa universidade, mas também do Hospital Regional. Queria deixar isso registrado, estamos sempre atentos quando o tocante é a educação da nossa gente, do nosso Estado, a saúde de uma maneira em geral.

Então, agradeço, que o senhor seja sempre bem-vindo a esta Casa quando o assunto é de muita importância, as nossas universidades.

Muito obrigado, senhor presidente, obrigado reitor Pavanelli e o seu vice, professor Ângelo que aqui está.

O SR. TADEU VENERI

Pela ordem, senhor presidente.

**(Assentimento)**

Gostaria que o senhor nos respondesse, reitor, nós tivemos a oportunidade de estarmos juntos em Campo Mourão, porque hoje e por diversas tenho ouvido, tivemos oportunidade de ouvirmos na quarta-feira também, que desses cursos que se propõe que não haja novos vestibulares, ou pelo menos que se reestude as formas de vestibulares, alguns deles não teriam sido precedidos de um estudo com relação a todo o seu custo no curso como um todo.

Gostaria que o senhor comentasse um pouco, porque na Comissão de Educação nós nos propusemos a fazer audiências públicas em todas as cidades aonde temos as universidades, para debatermos, senhor presidente, com a comunidade universitária, com a sociedade, qual a alternativa que temos que não seja essa de fechar os cursos porque, no meu entendimento, será um retrocesso para o Paraná e principalmente para as pessoas que precisam de uma universidade pública.

O SR. GILBERTO PAVANELLI

Obrigado, Mais uma vez, para agradecer à deputada Cida, gostaria de dizer que não tem faltado para a universidade o apoio dos deputados. Isso é muito impor-

tante. Mas é histórico também porque em outros movimentos não era assim. A deputada Cida, o deputado Nishimori, o deputado Padre Paulo, os três Partidos diferentes, têm ajudado muito a universidade. O deputado Ricardo Barros, na questão do HU realmente.

O deputado Veneri esteve conosco numa audiência pública em Campo Mourão quando o nosso secretário fazia a defesa daquele projeto de incorporação das faculdades.

Sobre o aspecto legal, deputado nós temos um parecer da PGE, Procuradoria Geral do Estado, assinado pela Dra. Josélia e referendado pelo Dr. Boto de Lacerda e lá diz claramente que os cursos são legais, desde que haja os projetos pedagógicos complementares. E há. Estão todos de posse da Sete. Agora, o que na houve na época e temos que dizer a bem da verdade, é que o secretário anterior não entendia da necessidade do governador decretar a criação dos cursos. Ele entendia que a LDB facultava às universidades fazerem a própria criação. O governador atual entende que ele teria que decretar a criação. Não é problema, muito pelo contrário, que bom se o governador decretar.

O que estamos fazendo com o secretário é uma engenharia financeira no sentido de reduzir ao mínimo o que vai se gastar com esses cursos, para permitir que eles sobrevivam. E o secretário tem sido extremamente ético conosco, temos discutido abertamente, não tem faltado. Ele esteve duas vezes em Maringá, visitou todas as extensões, esteve em Cianorte, Umuarama, Cidade Gaúcha e eu acho que é uma questão mais de talvez conversar e conseguir chegar. Mas eu acho que com essa redução que fizemos, reduzindo os cursos que o Estado teria que manter e com alguns outros recebendo convênios, talvez nós tenhamos uma solução mais facilitada.

Obrigado e prazer em vê-lo deputado!

A SRA. ELZA CORREIA

Doutor Gilberto, queria cumprimentar o senhor e o vice-reitor Ângelo e dizer que esta Casa está extremamente preocupada com essa questão, mas nós, eu como da Base de Sustentação do Governo e também do PMDB, conheço a história da UEM, ela faz parte da história da nossa região do Norte do Paraná e a questão que se coloca é a preocupação do governador, exatamente, em saber a universidade que temos e a universidade que queremos, a universidade que merecemos. Essa é a pergunta que todos nós fazemos e certamente o senhor, como reitor, tem feito também.

A universidade que merecemos é aquela que estamos tentando buscar! Entendo a sua preocupação, a preocupação do vice-reitor, mas acho que essa avaliação pela qual as universidades passam é importante neste momento. Nós temos que considerar isso como uma coisa positiva e não negativa e dizer que a UEM, com a colocação que o senhor fez, hoje, aqui, parece-me ter as condições didáticas e estruturais necessárias para o bom funcionamento dos cursos. E se assim for, acho que a

UEM não tem com o que se preocupar, porque o secretário Rizzi disse recentemente em reunião aqui, convocada pela Comissão de Educação, que todas as universidades que tiverem efetivamente as condições didáticas e estruturais para o funcionamento dos cursos continuarão. Então, tenho certeza que a Universidade de Maringá certamente haverá de continuar o seu percurso e seu curso com os vestibulares e com os cursos que conseguiu ao longo desses anos. Um abraço ao senhor e obrigado pela presença nesta Casa!

#### O SR. GILBERTO PAVANELLI

Obrigado à senhora pela oportunidade! Eu tinha anotado, mas acabei esquecendo de falar da questão da avaliação. Nós entendemos que o governo tem direito e dever de avaliar as universidades. Nós nunca vamos nos furtar a isso! Nós estamos abertos a sermos avaliados a qualquer hora, a qualquer momento e tem que se assim e até pelos alunos; hoje assinamos uma correspondência que foi entregue ao Dr. Pessuti e que vai levá-la ao governador, na qual as universidades dizem que queremos ser avaliadas até pelos alunos.

Então, nós vamos receber agora, no dia 18, em Maringá, a Comissão e temos certeza absoluta que os números que vamos apresentar são os melhores possíveis, a UEM vai se engrandecer com isso e se houve um ou outro desvio na questão da TIDE - a senhora sabe que é possível haver porque são mais de um mil professores, esse serão punidos exemplarmente, mas eles não representam a maioria da Instituição e sim uma minoria totalmente inexpressiva. Então, a senhora leva, por favor, ao governo que a UEM está e sempre estará aberta a qualquer tipo de avaliação e não poderia ser diferente, já que o governador é o nosso mantenedor e tem feito isso muito bem, porque o salário nunca atrasou e então não podemos reclamar.

Obrigado pela sua participação e queria também cumprimentar o deputado Nelson de Umuarama que tem nos ajudado muito.

Muito obrigado!

#### O Sr. Durval Amaral

Se me permite uma colocação, presidente Stica, quero inicialmente cumprimentar o reitor pela defesa, e nem poderia ser de forma diferente, da nossa Universidade Estadual de Maringá e fazer uma rápida retrospectiva da luta que foi a criação desses cursos que o senhor acompanhou, a nossa reitora Neusa ao lado do deputado Nelson Garcia, do ex-deputado Edno Guimarães e também do nosso empenho, como relator do Orçamento naquela oportunidade, para a criação desses cursos e dando as condições necessárias para que os cursos fossem implementados.

E agora nós ficamos perplexos com essa - na nossa avaliação - interferência indevida do Governo do Estado, porque se prega tanto a autonomia universitária e, aliás, tem inclusive um projeto nesta Casa propondo autonomia

total das nossas universidades e não autonomia restritiva, porque se fala que a universidade não pode ter autonomia financeira, porque quem paga a conta é o governo do Estado, mas que ele tem autonomia pedagógica, autonomia administrativa, autonomia política, neste momento estamos vendo cair por terra todo este discurso porque me parecer que esta intervenção nas universidades públicas do Paraná, com fechamento de curso, é uma afronta à autonomia pedagógica, administrativa, política, sem contar, obviamente, à autonomia financeira.

Então, fica aqui o registro em meu nome e em nome dos deputados da oposição a nossa postura, fechada, de sermos terminantemente contrários a esta interferência indevida do governo do Estado na vida da UEM, e na vida das demais universidades públicas do Paraná.

Parabéns e como parlamentar, em nome da oposição, agradeço a sua disposição de vir a esta Casa trazer este verdadeiro drama que vivem as universidades públicas do Paraná e que nós, efetivamente, não podemos concordar em hipótese alguma.

Muito obrigado.

#### O SR. GILBERTO PAVANELLI

Presidente, é uma satisfação, não esperava, a deputada Cida me ligou dizendo que eu teria este espaço e eu achei fabuloso porque eu gostaria de falar aos deputados, precisava falar aos deputados para mostrar que realmente e quando falamos em vinte cursos na UEM estamos falando em três mil famílias, nós estamos falando em três mil alunos. Então é uma preocupação grande do reitor, do professor Ângelo, claro não poderia ser diferente, dos deputados, dos prefeitos. Mas tenho certeza, deputado Durval que vai se encontrar uma fórmula, uma maneira para se preservar o principal que são as instituições.

Presidente, muito obrigado, Maringá está à sua disposição e dos demais deputados.

#### O SR. JOCELITO CANTO (Pela Ordem)

Senhor presidente, só queria convidar os deputados e pedir para todos se organizarem porque na próxima quarta-feira vamos fazer uma Sessão Solene da Assembleia para comemorar os 300 anos de Castro e esta Sessão será lá no município de Castro.

Eu pediria a todos os companheiros que pudessem prestigiar a cidade de Castro uma das cidades pioneiras do nosso Paraná que completa aí os 300 anos e que todos estivessem presentes.

Vamos ter uma Sessão Solene às 5 da tarde, lá na cidade de Castro. Gostaria de convidar todos os deputados, não haverá Sessão aqui, o presidente informará depois, por isso pedimos a presença do maior número de deputados nesta Sessão de quarta-feira às 5 da tarde.

#### O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

No Horário das Lideranças concedo a palavra ao deputado Waldir Leite, pelo PPS.

O SR. WALDIR LEITE

Senhor presidente, senhores deputados, senhoras deputadas.

Quando eu usei esta tribuna esqueci alguns detalhes aqui que muito me chamaram a atenção na última reunião. Por incrível que pareça todos falam que o contrato de dragagem foi encerrado, ninguém justifica o motivo pelo qual ele foi encerrado mas na última quarta-feira, quando foi chamado a depor na nossa Comissão o Sr. Ricardo Suda, gerente da Draga Bandeirantes, ele falou que foi procurado no Rio de Janeiro por uma pessoa chamada Alberto Maurício Xavier que falou que a administração do porto de Paranaguá não era simpática à empresa dele e que ele deveria encerrar o contrato, abandonar o contrato.

Depois disso as coisas ficaram bastantes difíceis para a Dragagem Bandeirantes como difícil também ficou a situação destes cantineiros que estão aqui hoje que depois de 25 anos trabalhando no porto de Paranaguá hoje são impedidos, são humilhados pelo Dr. Eduardo Requião que não os deixa levar os produtos que eles precisam para trabalhar, para ganhar o seu pão diariamente. É uma vergonha toda esta imposição que o Sr. Eduardo Requião está fazendo em Paranaguá!

Eu que faço parte da base aliada, acredito porque faço parte da base acho que a transparência tem sido a tônica do Governo, então fico perguntando, senhor presidente, senhor líder do meu partido, Marcos Isfer, por que a discussão, já que hoje teremos uma reunião da base para que sejam explicadas algumas das denúncias pelo superintendente, por que não faz isso em público, já que a transparência é a marca da vida do governador Roberto Requião? Por que temos que fazer sessão escondida, sessão secreta, entre os deputados da base.

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

Perdão, deputado, mas não está se fazendo nenhuma reunião escondida e foi puxada pelo Líder. O senhor por favor não faça acusações...

O SR. WALDIR LEITE

O senhor só dirige os trabalhos. O senhor não pode fazer o que o senhor quiser, aqui. O senhor não pode fazer isso.

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

O senhor está na condição de presidente da Assembleia Legislativa. O senhor não está nesse momento como líder do Governo.

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

Não sou líder do Governo ainda.

O SR. DURVAL AMARAL

Mais grave ainda. O senhor sabe do respeito e da admiração que tenho por V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

É o respeito que exijo também quando usar a tribuna.

O SR. DURVAL AMARAL

Deputado Stica, o senhor tem que cumprir o Regimento. Não pode apartear um deputado que está na tribuna para corrigi-lo.

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

Já estou devolvendo a palavra com o tempo devidamente cortado para que volte a ter o tempo. Pela Ordem, deputado Neivo Beraldin. Mas se for para repetir o que o deputado Durval Amaral já falou não há necessidade.

O SR. NEIVO BERARDIN (**Pela Ordem**)

Não estou perguntando. Pela Ordem V. Exa. concede-me ou não?

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

Concedo.

O SR. NEIVO BERARDIN (**Pela Ordem**)

Nobre deputado, presidente da Sessão. O meu gabinete recebeu uma comunicação hoje pela manhã em que o senhor como líder do Governo convidava para uma reunião logo após o plenário às 16h30 no Salão Nobre deste Poder. Portanto, V. Exa. confirma que está convocando os deputados para uma reunião com a Direção do porto às 16h30 no Salão Nobre da Assembleia Legislativa?

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

O deputado Ângelo Vanhoni está reforçando enquanto líder do Governo nesta Casa.

O SR. NEIVO BERARDIN (**Pela Ordem**)

Não foi o senhor que expediu o requerimento?

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

Não. Saiu porque estaríamos assumindo hoje. Mas não assumi e não renunciei como vice.

O SR. JOCELITO CANTO (**Pela Ordem**)

Só estão judiando do nosso presidente. O presidente vai ser líder do Governo. Deixa para judiar depois quando ele for líder do Governo.

O SR. VALDIR ROSSONI (**Pela Ordem**)

Não é uma questão de judiar ou não. É uma questão de cumprimento do Regimento Interno. V. Exa. já assinou ofícios no desempenho da Liderança do Governo.

Acredito que a melhor atitude de V. Exa. poderia tomar nesse momento era chamar o 1º vice-presidente para que ele assumisse os trabalhos desta Casa para que



não tivesse esse constrangimento que está acontecendo neste momento.

**O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)**

Não renunciei.

**O SR. VALDIR ROSSONI**

Mas o deputado Neivo Beraldin está faltando com a verdade então?

**O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)**

Não renunciei. Houve um erro e foi corrigido com o deputado Vanhoni chamando a reunião para as 16h30. Muito obrigado.

Com a palavra por cinco minutos a partir de agora o senhor deputado Waldir Leite.

**O SR. WALDIR LEITE**

Senhor presidente e líder, com toda a amizade e respeito que temos logicamente que às vezes a gente se empolga. E no afã de defendermos as nossas causas acabamos perdendo o controle. Isso é normal no Parlamento e eu o respeito da mesma forma. Não vai ser esse incidente que vai mudar qualquer coisa. Mas, aqui, temos que ter uma posição independente de ser Situação ou Oposição.

Tenho a minha posição de defender o Governo Requião, de votar com o Governo Requião, como tenho feito ao longo do ano. Mas como o próprio governador disse no início do mandato: “não gostaria de ver nenhum deputado vaquinha de presépio e espero que nenhum deputado faça esse papel”.

Não serei eu que vou fazer. E como a transparência tem sido a marca da vida inteira do senhor Roberto Requião. Não vejo porque motivo as denúncias que são públicas, não venham a público para serem explicadas também. Porque é muito fácil chamar lá 20 deputados que não conhecem a mecânica do porto e contar um monte de história, que as pessoas vão demorar cinco dias para entender, porque o porto é muito dinâmico, é muito complexo. Quero deixar bem claro desde já que toda mentira que for falada nesta reunião da base eu irei chamar a palavra e irei explicar a todos os deputados porque quero respeitar os deputados, não quero enganar ninguém. Tudo que falo, aqui, é porque tem fundamentos.

**O SR. ÂNGELO VANHONI (Pela Ordem)**

Apenas para esclarecimento do orador que faz uso da palavra. A base que dá sustentação ao governo tem todo direito legítimo de convocar e de trazer esclarecimentos para a base de qualquer ação do governo do Estado do Paraná, de qualquer autarquia, de qualquer empresa, de qualquer secretaria. Em primeiro lugar esse é um direito legítimo. Em segundo lugar V. Exa. e seu Partido faz parte da base que dá sustentação ao governo do Estado.

V. Exa. deverá estar na reunião e contraditar todas as informações que a administração do porto ou de qualquer empresa do Estado do Paraná trouxe de forma equivocada para os deputados estaduais que são sustentação ao governo. Tão logo tenhamos essas explicações, poderemos ofertar as explicações para a base que dá sustentação à Oposição no Plenário desta Casa. V. Exa. está convidado, como sempre esteve convidado a qualquer reunião pública neste recinto. Esse recinto é dos deputados estaduais, apenas há uma distinção entre Oposição e Situação porque nós nos constituímos assim e a democracia assim o prevê. Então, ninguém vai nos retirar o direito de ouvir as explicações da administração do porto de Paranaguá, para, num posterior momento, trazer a público essas informações. E V. Exa. e qualquer outro deputado que quiser contraditar com os administradores do porto terão, em primeiro lugar, esta oportunidade.

Em segundo lugar como já foi feito pela Comissão de Fiscalização, assim que o deputado Neivo Beraldin ou o pleno da Comissão de Fiscalização o desejar trazer qualquer funcionário da administração portuária ou da Secretaria dos Transportes para este plenário e trazer as explicações.

Por isso, ninguém está, deputado Leite, tentando olvidar qualquer explicação. Não vamos abrir mão do nosso direito legítimo de poder trazer aqui escutar as explicações de qualquer governante. Porque nós poderíamos também, tranqüilamente, marcar lá em Paranaguá ou em qualquer dependência do Poder Executivo e convidar a base aliada para fazer a discussão. Mas em respeito à Assembléia Legislativa e aos deputados estaduais o administrador do porto estará hoje, aqui, às 16h30min.

Obrigado, senhor presidente.

**O SR. WALDIR LEITE**

Deputado Ângelo Vanhoni, não precisa o senhor me falar qual é o direito e a atribuição do deputado que eu conheço muito bem porque conheço o Legislativo algum tempo já. Não é o senhor que vai me ensinar o ser deputado, me pronuncio aqui como eu quiser. Sei que faço parte da base de apoio, sei que posso chamar aqui qualquer cidadão. Não precisa o senhor me dar aula, porque isso eu conheço muito bem.

Talvez não tenha tantos mandatos de deputado como tem o senhor, mas já tenho alguns poucos que me ensinaram e que me dão a nota do que sei fazer. E não admito que o senhor venha me tratar como se fosse professor. O senhor pode ser líder, é meu amigo, lhe respeito, mas não preciso da aula do senhor.

Concedo aparte ao deputado Durval Amaral.

**O Sr. Durval Amaral**

Querida dizer que dentro das nossas prerrogativas legislativas nós podemos, o plenário da Casa pode convocar secretários de Estado, pode convocar, inclusive, o superintendente do porto. E a Oposição nesse momento está encaminhando à Mesa e espero que V. Exa. inclusive

o subscritor, para a convocação do secretário Eduardo Requião para que ele venha ao plenário da Casa prestar esclarecimentos a todos os parlamentares: de Situação e de Oposição.

Acho que em nome da transparência nós não teremos dificuldade nenhuma em aprovar este requerimento, inclusive com o apoio da Liderança do Governo.

**O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)**

Aqui já foram colocadas as posições de forma bem clara, de forma bem firme. Cada um aqui sabe qual o seu papel e cada um vai fazer da melhor maneira que puder. Não vou me furtar da responsabilidade de tanto denunciar, como também falar se a pessoa estiver certa, estiver livre das denúncias que lhe são imputadas. Não posso ser leviano de sem aprofundar as denúncias e acusar, de forma precoce, qualquer pessoa. Mas as denúncias temos que fazer e temos a obrigação de fazer as investigações e iremos fazer da maneira que aprendemos a fazer política em Paranaguá, com as pessoas de Paranaguá.

**O Sr. Jocelito Canto**

Gostaria de perguntar a V. Exa. Eu assinei uma CPI do porto, gostaria de perguntar a V. Exa. se já deu as 17, 18, 20, quantas assinaturas já temos?

**O SR. WALDIR LEITE**

Ela vai ser protocolada no momento que tiver as assinaturas necessárias.

**O Sr. Jocelito Canto**

Mas já há vinte assinaturas?

**O SR. WALDIR LEITE**

Não posso avaliar o número porque ainda não tenho. Mas deve estar faltando algumas assinaturas, porque se não já teria sido protocolada. Faltam poucas, como a imprensa vem noticiando. Não existe nenhuma pressão para que a CPI não saia.

Muito obrigado pelo aparte, deputado Jocelito.

**O SR. VALDIR ROSSONI (Questão de Ordem)**

Quero pedir a V. Exa. que tenhamos o cuidado de obedecer o Regimento Interno desta Casa, se não todo mundo vai se achar no direito de ficar batendo boca. Parece que estamos num boteco.

**O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)**

V. Exa. tem toda razão e a Mesa vai ser mais rigorosa. No Horário da Liderança do PFL, com a palavra o deputado Elio Rusch.

**O SR. ELIO RUSCH**

Senhor presidente, senhores deputados, senhoras deputadas.

Fui procurado e recebi alguns documentos, presidente Natálio Stica, na semana próxima passada, em

relação ao porto de Paranaguá no que diz respeito à questão do curto da soja. Semana passada o Plauto Miró Guimarães, como faz com muita propriedade também o deputado Leite - que é de Paranaguá e que melhor do que ninguém e acredito, os 54 deputados, conhece a vida do porto de Paranaguá e o porto e Antonina.

Ora, ouvimos falar muitas vezes, deputado Braddock, que o pedágio inviabiliza o agronegócio no Estado do Paraná. Que o pedágio inviabiliza a agricultura no Estado do Paraná, ante o custo do transporte dessa produção. Temos feito algum levantamento, rapidamente, não sei se esses números são corretos ou não. Uma carreta, por exemplo, de cinco eixos, saindo de Cascavel até o porto de Paranaguá paga 57 reais. Uma carreta de cinco eixos, deputado Plauto, saindo de Ponta Grossa a Paranaguá paga algo em torno de 61 reais por uma viagem. Um bi-trem que é o que se mais usa, hoje, o bi-trem carrega algo em torno de quase cem toneladas de soja, paga algo em torno de 250 reais de pedágio lá de Cascavel até o porto de Paranaguá. O mesmo bi-trem de Ponta Grossa a Paranaguá, paga algo em torno de 150 reais.

Muito bem, senhores deputados. Esse pedágio inviabiliza a agricultura no Estado do Paraná conforme diz o governador do Estado.

Agora vamos para alguns outros números que tenho recebido, que tenho que confirmar se são verdadeiros conforme estudo feito pela própria FAEP, que diz que a cotação da soja na Bolsa de Chicago é algo em torno de 343 reais a tonelada. Só que tem um porém: se esta soja for embarcada em porto de Paranaguá, ela tem um deságio de 22 dólares a tonelada. Há alguém que disse, agora, que o deságio aumentou muito mais. O que representa esse deságio na soja? Diretamente para o agricultor, para o produtor de soja no Estado do Paraná. O agricultor lá de Toledo, podia receber três reais a mais por saca de soja, se não fosse a ineficiência do porto de Paranaguá, que se chama por vez sua de "Prêmio". Quanto maior a eficiência do porto, menos deságio tem no embarque do produto.

Então, vamos pegar um número muito fácil. Uma carreta por exemplo, que carrega 500 sacas de soja, multiplicando por três reais a saca, daria 1500 reais que o agricultor ganharia a mais. E o pedágio no trajeto mais longo lado Oeste, paga 157 reais. Quer dizer, esse é o vilão. Isso é que inviabiliza a agricultura. Agora os 150 reais que o agricultor deixa de receber pela sua soja, pela sua ineficiência do porto. Isso é competência administrativa do atual governo, principalmente no porto de Paranaguá.

E aí a gente faz a pergunta. Até quando nós vamos continuar enganando o povo. Por que nós não falamos, que o pedágio é responsável por este valor de transportar a produção até o porto de Paranaguá. E por ineficiência da administração do porto o agricultor deixa de receber 3 reais.

E os jornais que escrevem hoje, que a saca de soja poderia custar oito reais e vinte centavos a mais. O que

nos entristece muito mais. E aí não seria 1500 reais. Se é quatro mil reais por carreta. Deputado Leite, a V. Exa. que conhece Paranaguá, V. Exa. que é um profundo conhecedor da exportação. Porque aqui V. Exa. mostrou uma fita semana passada, que infelizmente poucos paranaenses viram. Mas quem viu ficou estarrecido. É contra essas coisas que devemos lutar. E a sociedade do Paraná tem que ser esclarecida diante desse desmando que existe no porto de Paranaguá.

#### O Sr. Waldir Leite

Só para vocês terem uma idéia, porquê o prêmio é tão baixo em Paranaguá hoje. Porque os importadores e os exportadores não confiam mais no porto de Paranaguá, até porque o porto de Paranaguá hoje fica quatro horas sem operar durante o dia. A cada troca de turno ele fica uma hora parado. Isso representa nove mil toneladas que deixam de embarcar diariamente. Ou seja, nos quatro turnos dá 36 mil toneladas diariamente que não é embarcado. Isso a cada três dias, são dois navios que não são operados por absoluta incompetência de quem está gerenciando aquele terminal.

Então não adianta falar que tem 140 milhões, que pegou o Porto quebrado, que isso também é outra mentira. Porque quando pegaram o porto em janeiro tinha 49 milhões em caixa.

Então, tudo o que se fala de Paranaguá é muita bobagem, pouca eficiência, muito desmando.

#### O SR. ELIO RUSCH

Obrigado deputado Leite. E com toda certeza no dia de amanhã ou durante essa semana, nós vamos voltar sobre esse assunto. Porque os documentos que recebemos, a denúncias que recebemos são demais. Isso a sociedade do Paraná tem que saber.

Muito obrigado!

#### O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

No Horário destinado ao PSDB, concedo a palavra ao deputado Valdir Rossoni.

#### O SR. VALDIR ROSSONI

Senhor presidente, senhores deputados.

Inicialmente quero agradecer a confiança dos deputados do PSDB, que me indicaram líder da Bancada. Não mereço tamanha confiança, mas certamente farei de tudo para desempenhar esse papel tão importante, desse Partido que me acolheu.

Senhor presidente, não sei a quem me reporto. Mas tenho dois questionamentos que gostaria que o líder do Governo me ouvisse atentamente. Talvez os paranaenses que estão aqui, também possam ouvir.

No final do mês de outubro o governo do Paraná fez uma ampla distribuição de recursos para rádios do Paraná. Mais de uma centenas de rádios receberam em torno de 7, 8 mil reais. E duas rádios de Curitiba receberam 20 vezes mais do que estas rádios receberam. E se

nós formos fazer uma análise, se foi pela audiência, não foi. Por que estas rádios têm muito menor audiência que a CBN ou qualquer outra rádio.

E aí, pasmem os senhores, depois de três meses, o secretário da comunicação me mandou a resposta, depois de fazer uns dez pronunciamentos, ele me fez a resposta, vergonhosa. Na verdade, ele diz o seguinte:

(Lê):

“As citadas rádios foram utilizadas como mídia de manutenção na comunicação oficial do governo, que visava informar a população mais pobre dos benefícios a que têm direito. Para confirmar a justificativa que estamos fornecendo, segue anexo de dados de uma pesquisa realizada pelo governo, em fevereiro de 2004. Entre outros assuntos, a pesquisa pergunta à população sobre o conhecimento e a concordância a respeito do Programa Fraterno”.

Quer dizer, ele desvia a resposta e não fala nada sobre a questão questionada. Então, mediante o que ouvi do Exmo. Sr. governador, e o secretário da comunicação, pelo que eu vi é um “enrolão”, estou encaminhando uma correspondência ao governador Requião, dizendo o seguinte:

(Lê):

“Considerando os termos do requerimento de informações solicitado à Secretaria da Comunicação Social, aprovado pela Sessão Plenária desta Casa em 10 de dezembro de 2003, considerando os termos da resposta e listagem fornecida por aquela Secretaria e este Poder Legislativo, indago, na condição de parlamentar atuante que muito o distinguiu” - falando isto do governador, que foi excelente deputado - “V. Exa. dar-se-ia por satisfeito em relação à resposta fornecida por seu secretário?”

Estou encaminhando isto porque tenho quase certeza de que: primeiro, o governador não tem conhecimento desses recursos, para estas rádios. segundo, o governador não tem conhecimento dos questionamentos feitos por este parlamentar. Terceiro: tenho certeza de que a hora em que o governador receber minha correspondência, ele vai chamar a documentação. E, quando ele chamar a documentação, ele vai ver que houve má-fé do secretário da Comunicação.

Então, estou encaminhando esta correspondência ao governador do Paraná, porque ele foi um deputado, aqui, atuante. Tenho certeza absoluta de que ele não ficaria satisfeito com esta resposta dada pelo secretário da comunicação.

Agora, sim, o governador vai ter conhecimento da verdade.

Segundo assunto: todos os parlamentares ouviram, aqui, na abertura dos trabalhos, quando o governador disse que faria uma viagem internacional. que estaria em Paris para discutir no tribunal, em algum lugar em Paris, sobre a questão da usina termelétrica de Araucária. Como eu não me dei por satisfeito, estou questionando o governo, para que se estabeleça a verdade.

As informações que temos, na verdade, nada do que aconteceu naquela pronúncia, sobre esta questão, aconteceu em Paris. Mas, para não pôr em dúvida a palavra do eminente governador, eu vou questioná-lo: perante qual ente internacional ocorreu a audiência que motivou a viagem do governador a Paris?

Senhor presidente, uso o Horário da Liderança da Oposição, com anuência do ilustre líder.

Segundo: quais foram os integrantes da comitiva que acompanhava o governador? Terceiro: qual a data, horário e local de audiência? Quarto: qual o nome, cargo ou função das pessoas que receberam o governador e sua comitiva na anunciada audiência e quais foram os participantes? Quinto: o governador ou representante seu, membro da comitiva participou dessa audiência? Porque ele falou da tribuna que estaria nesse tribunal tratando da questão da termelétrica já citada. Sexto: quais os resultados obtidos pelo governador e sua comitiva em decorrência da sua audiência referida? Sétimo: juntar cópias da ata da referida reunião em Paris. Oitavo: qual o custo desta expedição, passagens, translados, hospedagem, alimentação e diárias? Nono: quais os assuntos tratados nas demais escalas da viagem, sobretudo na Bélgica e na Suíça?

Senhor presidente, faço isso até para salvaguardar a palavra do governador, porque corre boatos nos corredores desta Casa que a viagem transformou-se numa viagem de turismo.

#### **O Sr. Vanderlei Iensen**

Estive junto desde o início da viagem até o final. E estou surpreso quando V. Exa. diz que o governador esteve na Suíça. Só se for em sonho. Porque estive com ele. Estivemos na Alemanha com a ministra da Agricultura. Depois fomos à França, na audiência da Câmara Arbitral de Paris, onde participei da audiência. Depois fomos à Bélgica, onde estamos agora em acertos e tratativas para instalar um escritório aqui no Paraná.

E não entendo, sinceramente, de onde vem essa informação. Acredito que V. Exa. está mal informado, porque todos os detalhes da viagem e posso lhe dar um relatório completo do que aconteceu.

Muito obrigado!

#### **O SR. VALDIR ROSSONI**

Quero dizer que se estou mal informado é porque não estava na viagem. Se estou pedindo informações é um direito deste parlamentar. E mal informado pode ter certeza que nunca estive e nunca subirei nesta tribuna sem informações concretas.

Estou fazendo os questionamentos porque tenho dúvidas. Não coloque em dúvida o meu questionamento. Vai ser muito fácil o governador responder para este parlamentar dizendo que ele esteve na determinada Câmara, tratando de um determinado, num determinada hora e quais foram as conquistas, ou talvez não houve conquista, mas houve a boa intenção. Este questionamento faço com

esse objetivo. Darei o tempo da resposta. Porque, certamente, a resposta será esclarecedora e teremos oportunidade de discutir e de debater.

Gostaria que V. Exa. também se interessasse, porque não tenho visto muito interesse do líder do Governo deputado Ângelo Vanhoni sobre a questão da Secretaria da Comunicação. Uma rádio recebe três mil, outra quatro e outra cento e oitenta.

Encerro, porque sou um defensor do cumprimento do Regimento. Já que o líder do Governo não satisfaz este parlamentar com as informações, gostaria que V. Exa. se transformasse no líder do Governo e nos trouxesse os dados verídicos.

Gostaria de cumprir o regimento, porque sou um cobrador dele. Agradeço a V. Exa., senhor presidente!

#### **O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)**

Obrigado, deputado Valdir Rossoni.

Próximo Horário destinado ao PDT.

**(Declina).**

Próximo Horário destino ao PT.

Com a palavra o senhor deputado líder Elton Welter.

#### **O SR. ELTON CARLOS WELTER**

Senhor presidente, senhores deputados, senhoras deputadas, povo do Paraná aqui presentes:

Venho a esta tribuna falar de um requerimento que demos entrada nesta Casa de Leis que trata sobre o futuro da Araucária do Paraná, sobre o futuro do Pinheiro do Paraná.

Peço licença para ler uma denúncia que faço nesta tribuna com relação ao que vejo que está acontecendo e qual será o futuro da Araucária.

#### **O SR. ELTON CARLOS WELTER**

**(Lê):**

“Denuncio desta tribuna, uma grave situação lesa-pátria. E requeiro a atenção e ação dos nobres deputados. Eis os fatos:

O Pinheiro-do-Paraná, espécie altaneira, símbolo de nosso Estado, é um fóssil vivo pertencente a um dos gêneros mais antigos da flora do planeta. Seus registros vêm do período jurássico, entre 190 e 150 milhões de anos. Aqui encontrou as condições ecológicas adequadas para se desenvolver. Aqui, no Estado do Paraná, os pinheirais disseminaram-se em 7,628 milhões de hectares. Espécie generosa, dela tudo se aproveitou: madeira, resina, pinhões, até as grimpas, queimadas no fogão do caboclo e na sapeca da erva-mate.

Estas qualidades fizeram com que os pinheiros do Sul do Brasil viessem a marcar um dos grandes ciclos econômicos de nossa terra. Entretanto, esta atividade madeireira só durou poucas décadas, em torno dos anos 60. Mas ocorreu com uma intensidade suficiente para extinguir aquele magnífico patrimônio natural.

Notem, senhores: uma espécie que se perpetuou por mais de uma centena de milhões de anos, está desaparecendo no tempo de uma geração. A maioria de nós está vendo isto acontecer. À generosidade daquela espécie respondemos com nossa avidez. Tudo se retirou, nada se repôs. Pesquisas apresentadas no Plano Grimpa, um movimento da sociedade civil paranaense que luta pela restauração dos pinheirais, indicam que não restam hoje mais do que 0,7% de áreas primitivas daquelas matas.

Mas o Pinho que se extinguiu como macroeconomia, ainda existe em centenas de pequenas propriedades, urbanas e rurais. Na maioria dos casos é mantido como um patrimônio rural que se esperava aproveitar, ou em chácaras como um mimo paisagístico, ou como acontece aqui mesmo, na entrada desta Casa de Leis, como lembrança de que é um de nossos símbolos mais preciosos.

Poucas foram as vozes dos que denunciaram outrora aquele saque econômico e ecológico. Repentinamente, porém, movimentos ambientalistas, quase tarde demais, ativaram uma solução extrema e declararam sua moratória: foi assim que se tornou proibido o aproveitamento da *Araucaria angustifolia*. Quem cortou, faturou bem. Quem a preservou, riem-se dele, porque, no afã de se preservar a espécie, foram atingidos justamente quem já a vem preservando.

Por conseguinte, premiou-se o vândalo ambiental, que sequer a lei respeitou, não mantendo nas suas terras e matas ciliares a reserva legal. E ameaça-se com um tipo de desapropriação branca, aplicando o rigor da lei, ao agricultor que sempre manteve o pinhal, imaginando desfrutar esta poupança ao lhe chegarem os dias difíceis.

Tudo porque a legislação que versa sobre esta espécie nativa caiu de um extremo a outro, tornando-se de flácida a restritiva demais, prejudicando especialmente os pequenos produtores rurais. Mesmo que a pessoa tenha passado uma vida inteira plantando pinheiros, a nova legislação simplesmente profíbe seu justo usufruto, sequer no limite de quinze metros cúbicos a cada cinco anos para melhorias na propriedade, que antes era permitido.

A consequência desta insanidade legal é imediata. A preservação dos pinheiros existentes está relativamente garantida pela lei (porque esta, sendo radical, aguça ser quebrada). Mas não há um pequeno produtor que plante um só pinheirinho. Pior: se notar algum que insistiu em nascer, logo o arranca, porque é de bom senso não depreciar sua propriedade deixando ali se desenvolver uma espécie intocável. Esses efeitos colaterais de uma legislação falha, levaram nosso pinheiro a ser odiado pela nossa gente.

Entenda, senhor presidente, que do jeito que está, ao invés de aumentar a população de araucárias, estas - não nos iludamos - estão sumindo com artimanhas rurais, e as jovens não vingam, porque são destruídas assim que nascem, porque certamente não terão serventia no futuro.

Resta-nos uma das duas medidas: mantermo-nos apopléticos diante da morte dos últimos pinheiros, ou

agirmos pela vida, para mudar a sua sorte. A sociedade paranaense requer de nós uma atitude e esta deve ser a de ousadia e determinação, a favor da vida, da qualidade da vida, do respeito a todas as formas de vida. É de justiça que quem investiu na vida dos pinheirais seja recompensado, o que os que usufruíram, legitimamente ou não, participem de um grande movimento de restauração desta espécie, respeitando-a por seus valores econômicos, ecológicos e culturais. Levanto pessoalmente minha voz pela justiça ao pequeno produtor rural, que preservou a espécie e pelo que quer ter a oportunidade de fazê-lo.

E ousamos conclamar a fazerem sua parte, os representantes dos médios e grandes agricultores, e mesmo dos que pleiteiam as causas dos industriais da madeira e celulose que, em última análise, serão os grandes beneficiários da restauração desta valiosa espécie florestal, hoje substituída por variedades norte-americanas inferiores, mas sem restrições.

Requeremos, senhor presidente, a realização de um Fórum da Araucária nesta Casa, no próximo mês de junho, como parte das nossas comemorações da Semana Ambiental. Este Fórum, apoiado pelo Plano Grimpa, será realizado para que aqui se conheçam os problemas e as soluções possíveis, através das facetas políticas, ambientais, econômicas e científicas que o caso possui. Então, todos trataremos sobre as melhores decisões a tomar.

Isso é essencial para que, em futuro breve, não venhamos a viver na saudade e na vergonha por ter deixado desaparecer para sempre, pela omissão, esta espécie a que se atribui tanta estima por todos os paranaenses e brasileiros do Sul do Brasil.”

Obrigado

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

Horário destinado ao PMDB, deputado Vanderlei Iensen.

O SR. VANDERLEI IENSEN

Senhores deputados, senhoras deputadas.

Solicitei o uso deste horário para dar sequência aquilo que o nobre deputado Valdir Rossoni estava colocando em seu discurso.

Primeiramente, deputado Rossoni, quero dizer que lhe tenho grande estima e creio que o sentimento é mútuo por isso não é nada pessoal aqui as minhas palavras neste momento. Agora, não posso me omitir porque fui representando esta Casa de Leis, junto com o governador Roberto Requião. E desde o momento que ele saiu de São Paulo, eu estava com ele. Fomos e voltamos no mesmo avião. Participamos dos mesmos eventos, das mesmas audiências, por isso falo com autoridade de quem esteve presente.

Fomos diretamente para Alemanha onde participamos da Biofá que aliás, o Paraná foi incluído nessa que é a maior feira orgânica do mundo. Vamos ter aqui no Rio de Janeiro em outubro e o Paraná vai estar representando nesta feira, ali o governador já teve um encontro com a

ministra da Agricultura da Alemanha e depois, inclusive, devido à audiência que tínhamos em Paris, na França, saímos as quatro horas da manhã da cidade de Noremberg, de madrugada, na neve, para pegarmos o avião para chegarmos no horário em Paris.

Chegamos em Paris às sete horas da manhã, pegamos um carro, a Embaixada foi nos receber no aeroporto e nós fomos direto para a Câmara Arbitral em Paris. Ali chegando, participamos da audiência, onde parte da El Passo, o nosso advogado, o Dr. Muriel, que esteve ali defendendo os interesses da Copel e também do Dr. Paulo Pimentel estava presente. Enfim, todos nós presentes ali recebemos a informação, durante a audiência, o Paraná solicitou que esse processo fosse julgado de acordo com a legislação brasileira e os juízes deram deferimento à nossa solicitação, atenderam a solicitação do Paraná, uma grande conquista nossa ali e foi comemorado porque acho que esse era o principal objetivo.

Nós estamos falando, e V. Exa. sabe bem disso, de um contrato de oitocentos milhões de dólares em que estamos defendendo o Paraná para não pagar esse valor. Porque aqueles que analisaram o contrato, e tenho muita tranquilidade para falar, porque analisei pela CPI da Copel, nós vemos que nesse contrato a Copel, mesmo que não recebesse um megaWatt/hora de energia, tinha que pagar isso. Um absurdo que o governador foi tentar ali na França reverter e nós conquistamos, sim, deputado Rossoni, uma grande vitória para o Paraná! Lamento, porque a pessoa que lhe informou, lhe informou erradamente e nós temos fotos registrando o evento e inclusive na imprensa do Paraná foram publicadas, naqueles dias fotos das nossas participações.

Estou falando apenas da França. Saímos da França e fomos para Bélgica e lá fomos recepcionados pelo embaixador brasileiro, que esteve conosco durante toda a visita do governador. Desde o início, o primeiro momento, até a nossa saída da Bélgica, o embaixador do Brasil na Bélgica nos recepcionou e nos acompanhou. Nós estivemos ali, onde estamos realizando contatos comerciais importantes para o Paraná. retornamos para França e da França voltamos para o Brasil.

Então, essa conversa que teve na Suíça, sinceramente, deputado Rossoni, alguém está errado, alguém deve ter caído do cavalo para falar uma besteira dessas, porque eu estava presente, eu estive junto com o governador e em momento algum nós chegamos perto da Suíça. Aliás, gostaria muito de ter visitado a Suíça, porque não conheço a Suíça e dizem que é muito bonito, mas não tivemos a oportunidade de ir à Suíça e eu gostaria de deixar claro isso, porque estou aqui fazendo um esclarecimento com muito respeito, com muita educação a vocês, porque é importante que fique claro aos senhores parlamentares que a viagem que fizemos a Europa foi uma viagem de trabalho.

E um detalhe importante, vou levantar aqui uma situação para que depois não venha a falar com

relação a hospedagem do governador Roberto Requião. Nós ficamos hospedados em um Hotel em Paris chamado Ibis - que acho que a maioria dos deputados conhecem - e nessa nossa hospedagem ali, em uma oportunidade, nós recebemos um repórter do jornal Estado de São Paulo, que queria fazer uma entrevista como governador Roberto Requião e quando o repórter chegou no hotel, ele tomou um susto e disse ao governador e eu estava junto e ouvi: governador, como é que o senhor vem para um hotel simples como esse aqui na França? E o governador falou: eu venho porque estou usando dinheiro público, eu tenho responsabilidade com o Governo do Paraná. E ele nos disse ali, ele citou o exemplo do outro governador de um Estado brasileiro que esteve lá, que ficou hospedado no hotel mais caro do País, levou uma comitiva com quase cem pessoas e pagando com dinheiro público e ele disse ao governador: governador, você é um exemplo para o Brasil.

E quero deixar aqui esse testemunho aos senhores deputados para saberem que o governador Requião tem esse modo correto e honesto de se postar no Exterior. Gostaria de dizer que nem carro alugado, o governador teve o cuidado de alugar carro ali para transportá-lo ali em Paris. Eu gostaria de deixar claro isso, porque muitas vezes as despesas foram pagas com o dinheiro dele, como a nossa também.

Então, eu queria deixar clara essa questão para que não venham dizer que o governador foi passear em Paris e foi gastar dinheiro público, porque isso é uma mentira! Estou aqui para esclarecer aos companheiros, para dizer a vocês que estou aqui empenhando a minha palavra, não vim aqui para enrolar ninguém, foi uma viagem de muito progresso, de grande resultado para o Paraná.

Infelizmente não posso lhe conceder o aparte, porque o meu tempo encerrou, mas eu precisava deixar isso claro, porque ainda não tinha falado sobre a viagem e foi uma viagem que tenho certeza vai trazer grande retorno ao Paraná.

Muito obrigado.

#### O SR. VALDIR ROSSONI (Questão de Ordem)

Senhor presidente, fui citado e não me foi dado o aparte, porque o deputado não pôde me dar o aparte, mas eu não coloquei se foi para a Suíça, se não foi para a Suíça. Aqui no meu requerimento o que eu quero é esclarecimento.

Diga-se de passagem, deputado a quem eu tenho alta estima, mas V. Exa. incorreu num erro. Se V. Exa. foi representar esta Casa, tão logo V. Exa. voltou da viagem, teria que ter feito esses esclarecimentos na tribuna para a Casa. Agora, para encerrar a minha questão de ordem, fiz estas perguntas ao senhor governador, e tão logo eu tenha estas respostas, vou me dar por satisfeito ou colocarei outros questionamentos.

Agradeço a vossa benevolência.

**O SR. VALDIR LEITE (Pela Ordem)**

Senhor presidente, agradecendo já a sua pessoa, gostaria de fazer o anúncio que entre nós se encontra o presidente do Sindicato dos Arrumadores de Paranaguá, bem como o vereador Wilmar Cruz e também o nosso amigo particular, ex-procurador jurídico da APPA, Dr. Alaor Reis.

Muito obrigado pela presença de vocês e sejam sempre bem-vindos a esta Casa.

**O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)**

Sejam bem-vindos.

Pela ordem, deputado Durval Amaral.

**O SR. DURVAL AMARAL**

Nobre deputado Natálio Stica, queremos neste momento, registrar uma profunda violação do nosso Regimento Interno, não obstante os seus esclarecimentos anteriores, mas faço isso em função das questões levantadas pelo deputado Leite e de seu aparte, enquanto ele estava na tribuna.

O artigo 10 do nosso Regimento Interno, no parágrafo 5º, é muito claro quando afirma que os líderes e vice-líderes não poderão integrar a Mesa. O que nós temos aqui é um convite de V. Exa. ...

**O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)**

Não é minha assinatura. Foi um erro da secretária, já esclareci a Plenária. Espero que V. Exa. tenha entendido o meu esclarecimento.

**O SR. DURVAL AMARAL**

Perfeitamente, mas nobre deputado Stica, o senhor assumiu ou não a liderança do Governo, como a imprensa tem noticiado, inclusive hoje à tarde o senhor assumiria a liderança do Governo renunciando efetivamente à vice-presidência?

**O SR. PRESIDÊNCIA (Natálio Stica)**

Vou pedir permissão ao Plenário para definitivamente explicar a situação: não renunciei a vice-presidência, portanto não assumi a liderança do Governo. O líder do Governo ainda é o deputado Ângelo Vanhoni.

**O SR. DURVAL AMARAL**

Senhor presidente em exercício, Natálio Stica, ninguém pode colocar a sua assinatura ou assinar em seu nome, nessa colenda Casa, sob pena de responder pelos seus atos.

Gostaria que V. Exa. determinasse imediatamente a apuração do responsável.

**O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)**

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

**ORDEM DO DIA,**

com a presença de 54 senhores deputados.

Expediente subscrito pelo deputado Carlos Simões, constante do expediente, indicando o deputado Ailton Araújo, como representante do PTB, para fazer parte da Comissão Parlamentar de Inquérito que visa apurar irregularidades junto à Universidade Estadual de Ponta Grossa. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Expediente subscrito pelo deputado Nelson Garcia, Luiz Accorsi, Nelson Tureck, Luiz Nishimori, Luiz Fernandes Litro, Francisco Bühler, Miltinho Pupio e Hermas Brandão, membros da Bancada do PSDB, constante do expediente, indicando o deputado Valdir Rossoni, para assumir a Liderança do Partido a partir desta data. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Expediente subscrito pelo deputado Plauto Miró Guimarães, na qualidade de Líder do PFL, constante do expediente, indicando os nomes dos deputados que irão compor as CPI's da Reforma Agrária e das Universidades, que serão instaladas nesta Casa, sendo a CPI da Reforma Agrária tendo por Titular o deputado Plauto Miró Guimarães e Suplente o deputado Durval Amaral, e na CPI das universidades o deputado Elio Rusch como titular e o deputado Plauto Miró Guimarães, como suplente. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Expediente subscrito pela deputada Cida Borghetti, na qualidade de Líder do PP, constante do expediente, indicando os deputados Fernando Ribas Carli como Titular e o deputado Duílio Genari, como Suplente da CPI da Reforma Agrária. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Expediente subscrito pelo deputado Antonio Anibelli, na qualidade de Líder do PMDB, constante do expediente, indicando os nomes dos da bancada do partido que farão parte das CPI's da Reforma Agrária e das Universidades. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Expediente subscrito pelo deputado Marcos Isfer, na qualidade de Líder do PPS, constante do expediente, indicando os integrantes da CPI Reforma Agrária e das Universidades, como segue: Reforma Agrária: Titular - Marcos Isfer; Suplente Waldir Leite e Universidades Estaduais: Titular - Ratinho Júnior; Suplente - Waldir Leite. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do deputado Hermas Brandão, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Durval Amaral, devidamente apoiado, constante do expediente. **À Diretoria Legislativa.**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

**ITEM 01**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 048/2003, de autoria do deputado Cleiton Kielse, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Agropecuaristas da Estrada Corcovado, com sede e foro no município de Pérola. **Aprovado. (Publ. no DA nº 001/2003, de 18.02.2003).**

**ITEM 02**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 380/2003, de autoria do deputado Waldir Leite, que torna-se obrigatória a anexação das cópias das notas fiscais nos processos da Carteira Nacional de Habilitação junto ao Detran-PR. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE LEI Nº 380/2003  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Ficam aos Centros de Formação de Condutores obrigados a anexar, nos processos de emissão da Carteira Nacional de Habilitação, as notas fiscais de prestação de serviços.

Art. 2º - O Chefe de Poder Executivo regulamentará a presente lei em 60 (sessenta) dias.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 10.03.2004.

(a) NELSON JUSTUS - Presidente e Relator

**ITEM 03**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 500/2003, de autoria do deputado Durval Amaral, que altera a redação do artigo 3º da Lei nº 7962/84, para permitir que os Conselhos Escolares e as Associações de Pais e Mestres, regulamentem o uso do uniforme escolar na rede pública estadual de ensino. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE LEI Nº 500/2003  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Altera a redação do artigo 3º, da Lei nº 7962, de 23 de novembro de 1984, para que passe a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º - É de competência dos Conselhos Escolares e das Associações de Pais e Mestres de cada Escola Pública Estadual a decisão quanto à obrigatoriedade do uso do uniforme escolar e o estabelecimento das regras relativas a sua adoção, garantindo-se a

igualdade de condições para o acesso e à permanência na escola.

Parágrafo Único - Os Conselhos Escolares e as Associações de Pais e Mestres de cada escola Pública Estadual que decidirem pela obrigatoriedade do uso de uniforme escolar constituirão um fundo financeiro para aquisição de uniformes destinados àqueles alunos que manifestarem falta de condições para aquisição do uniforme adotado”.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 10.03.2004.

(a) NELSON JUSTUS  
Presidente e Relator

**ITEM 04**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 700/2003, de autoria do deputado Tadeu Veneri, que declara de Utilidade Pública a APARTEdq - Associação Paranaense de Terapeutas em Dependência Químicas, com sede e foro nesta Capital. **Aprovado. (Publ. no DA nº 100/2003, de 25.11.2003).**

**ITEM 05**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 233/2003, de autoria do deputado Hermas Brandão, que altera a denominação da entidade beneficiada pelo plano de aplicação da Lei nº 13.980, de 27 de dezembro de 2002. (Centro Cultural da Lapa) PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CO. **Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 06**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 536/2003, de autoria do deputado Durval Amaral, que declara de Utilidade Pública o Instituto São José, com sede e foro no município de Jaguapitã. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 07**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 568/2003, de autoria do deputado Luiz Nishimori, que concede o Título de Cidadã Honorária do Estado do Paraná à Senhora Tomi Nakagawa. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 08**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 671/2003, de autoria do deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Santana do Itararé - APAE, do Município de Santana do Itararé, comarca de Wenceslau Braz. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**



**ITEM 09**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 679/2003, de autoria do deputado Alexandre Curi, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Moradores do Conjunto Habitacional Sol Nascente, com sede e foro na cidade de Palm-ital. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 10**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 690/2003, de autoria do deputado Augustinho Zucchi, que declara de Utilidade Pública a Associação das Senhoras de Rotarianos de Roncador - A.S.R.R. - PR, com sede em Roncador foro no município de Campo Mourão. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. Aprovado o Substitutivo Geral da CCJ, artigo por artigo.**

**ITEM 11**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 727/2003, de autoria do deputado Ademar Traiano, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Pinhal de São Bento, com sede em Pinhal de São Bento e foro no município de Santo Antonio do Sudoeste. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. Aprovado o Substitutivo Geral da CCJ, artigo por artigo.**

**ITEM 12**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 731/2003, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública a Associação de Produtores do bairro Poço Azul - Amapazul, com sede e foro no município de Barbosa Ferraz. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 13**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 735/2003, de autoria do deputado José Maria Ferreira, que declara de Utilidade Pública a Creche Lar de Jesus, com sede e foro no município de Jaguapitã. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 14**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 008/2004, de autoria do deputado Luiz Accorsi, que declara de Utilidade Pública a - Arpac, Associação Regional dos Pescadores Amadores de Cianorte, com sede e foro no município de Cianorte. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 15**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 014/2004, de autoria do deputado Alexandre Curi, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Surdos do

Centro do Paraná, com sede e foro no município de Ivaiporã. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 16**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 003/2004, de autoria da Comissão Executiva, que institui e regulamenta a verba de ressarcimento de despesas relacionadas ao exercício parlamentar e dá outras providências. **PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO EXECUTIVA. Aprovado, artigo por artigo.**

**O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)**

Sobre a mesa, Requerimentos nºs 269, 270 e 278, de autoria da deputada Cida Borghetti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 271 e 276, de autoria do deputado Jocelito Canto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 272 e 273, de autoria do deputado Plauto Miró Guimarães, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 274 e 275, de autoria do deputado Pastor Edson Praczyk, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 279 e 280, de autoria do deputado Dobrandino da Silva, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 281 e 282, de autoria do deputado Doutor Luciano, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 283, de autoria do deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 284, de autoria do deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 285 e 286, de autoria do deputado Valdir Rossoni, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 287, de autoria do deputado Durval Amaral, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 290, de autoria do deputado Barbosa Neto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 292, de autoria do deputado Elton Carlos Welter, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 293, 296, 297 e 298, de autoria dos deputados Durval Amaral, Elio Rusch, Valdir Rossoni e Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 295, de autoria do deputado Tadeu Veneri, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 299, de autoria do deputado Rafael Greca, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Levante-se a Sessão.

Convite do presidente da Assembléia Legislativa, Hermas Brandão: amanhã às 10h00, missa em homenagem póstuma na Capela desta Casa. E às 14h30 no Horário do Grande Expediente, homenagem especial no plenário desta Casa.

**O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES (Pela Ordem)**

Todos os Partidos já indicaram os membros da CPI da Terra e também da CPI das Universidades?

**O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)**

Não, estamos recebendo.

Acabamos de ler de alguns Partidos e faço, neste momento, um apelo para que todos os Partidos, os líderes dos Partidos indiquem hoje, até ao final da tarde, os membros para a CPI das universidades e para a CPI da Reforma Agrária.

**O SR. DURVAL AMARAL (Pela Ordem)**

Indago a V. Exa. se já foi protocolado na Mesa, a CPI dos Portos proposta pelo deputado Leite. Haja vista que consta à Liderança da Oposição a existência de assinaturas necessárias para que a CPI seja protocolada.

**O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)**

A Mesa não recebeu ainda.

**O SR. DURVAL AMARAL (Pela Ordem)**

Então, queremos registrar a preocupação da Liderança da Oposição de que, em tese, já havendo número de assinaturas necessárias, ela não sendo protocolada esteja sujeita à pressão do Palácio para que deputados retirem as suas assinaturas.

**O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)**

A Mesa está aguardando chegar o pedido para que, tão logo chegue, seja protocolado. A Mesa age com independência.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 16 à hora regimental, com seguinte

### **ORDEM DO DIA:**

**DISCUSSÃO ÚNICA** - do Projeto de Decreto Legislativo nº 001/2004 e de Indicação nº 005/2004.

**3ª DISCUSSÃO** - dos Projetos de Lei nºs 690 e 727/2003.

**1ª DISCUSSÃO** - dos Projetos de Lei nºs 011, 098 e 423/2003.

## **Atas de Comissão:**

### **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA 01ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos dezessete dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e quatro, às onze horas, reuniu-se na sala de reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do senhor deputado Hermes Fonseca e com a presença dos seguintes deputados: Marcos Isfer, Nelson Justus, Chico Noroeste, Tadeu Veneri, Delegado Braddock, Reni Pereira e Doutor Luciano. Havendo número legal, o senhor presidente deu por aberta a presente reunião. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Proposição-Veto nº 001/2004, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do deputado Marcos Isfer ao encaminhamento a Plenário - APROVADO; 02) Proposição-Veto nº 002/2004, de autoria do Poder Executivo, veta o Projeto de Lei nº 126/2003, de autoria do deputado José Maria Ferreira. Parecer FAVORÁVEL do deputado Marcos Isfer ao encaminhamento a Plenário - APROVADO; 03) Proposição-Veto nº 003/2004, de autoria do Poder Executivo, veta o Projeto de Lei nº 248/2003, de autoria do deputado Ratinho Júnior. Parecer FAVORÁVEL do deputado Marcos Isfer ao encaminhamento a Plenário - APROVADO; 04) Proposição-Veto nº 004/2004, de autoria do Poder Executivo, veta o Projeto de Lei nº 123/2003, de autoria do deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL do deputado Marcos Isfer ao encaminhamento a Plenário - APROVADO; 05) Proposição-Veto nº 005/2004, de autoria do Poder Executivo, veta o Projeto de Lei nº 609/2003, de autoria do deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL do deputado Marcos Isfer ao encaminhamento a Plenário - APROVADO; 06) Proposição-Veto nº 006/2004, de autoria do Poder Executivo, veta o Projeto de Lei nº 351/2003, de autoria do deputado Artagão Júnior. Parecer FAVORÁVEL do deputado Marcos Isfer ao encaminhamento a Plenário - APROVADO; 07) Proposição-Veto nº 007/2004, de autoria do Poder Executivo, veta o Projeto de Lei nº 494/2003, de autoria do deputado Dobrandino da Silva. Parecer FAVORÁVEL do deputado Marcos Isfer ao encaminhamento a Plenário - APROVADO; 08) Proposição-Veto nº 008/2004, de autoria do Poder Executivo, veta o Projeto de Lei nº 375/2003, de autoria do deputado Waldir Leite. Parecer FAVORÁVEL do deputado Marcos Isfer ao encaminhamento a Plenário - APROVADO; 09) Proposição-Veto nº 009/2004, de autoria do Poder Executivo, veta o Projeto de Lei nº 669/2003, de autoria do deputado Nereu Moura. Parecer FAVORÁVEL do deputado Marcos Isfer ao encaminhamento a Plenário - APROVADO; 10) Proposição-Veto nº 010/2004, de autoria do Poder Executivo, veta parcial-

mente o Projeto de Lei nº 686/2003, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do deputado Delegado Bradock ao encaminhamento a Plenário - APROVADO; 11) Proposição-Veto nº 011/2004, de autoria do Poder Executivo, veta o Projeto de Lei nº 040/2003, de autoria do deputado Nelson Justus. Parecer FAVORÁVEL do deputado Marcos Isfer ao encaminhamento a Plenário - APROVADO; 12) Proposição-Veto nº 012/2004, de autoria do Poder Executivo, veta o Projeto de Lei nº 409/2003, de autoria do deputado Alexandre Curi. Parecer FAVORÁVEL do deputado Marcos Isfer ao encaminhamento a Plenário - APROVADO; 13) Proposição-Veto nº 013/2004, de autoria do Poder Executivo, veta o Projeto de Lei nº 329/2003, de autoria do deputado Mauro Moraes. Parecer FAVORÁVEL do deputado Marcos Isfer ao encaminhamento a Plenário - APROVADO; 14) Proposição-Veto nº 016/2004, de autoria do Poder Executivo, veta parcialmente o Projeto de Lei nº 666/2002, de autoria do Tribunal de Justiça. Parecer FAVORÁVEL do deputado Delegado Bradock - APROVADO; 15) Proposição-Veto nº 017/2004, de autoria do Poder Executivo, veta o Projeto de Lei nº 461/2003, de autoria do deputado Antonio Anibelli. Parecer FAVORÁVEL do deputado Marcos Isfer ao encaminhamento a Plenário - APROVADO; 16) Proposição-Veto nº 018/2004, de autoria do Poder Executivo, veta o Projeto de Lei nº 586/2003, de autoria do deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL do deputado Marcos Isfer ao encaminhamento a Plenário; 17) Proposição-Veto nº 019/2004, de autoria do Poder Executivo, veta o Projeto de Lei nº 575/2003, de autoria do deputado Nereu Moura. Parecer FAVORÁVEL do deputado Marcos Isfer ao encaminhamento a Plenário; 18) Proposição-Veto nº 020/2004, de autoria do Poder Executivo, veta o Projeto de Lei nº 673/2003, de autoria do deputado Augustinho Zucchi. Parecer FAVORÁVEL do deputado Marcos Isfer ao encaminhamento a Plenário; 19) Proposição-Veto nº 021/2004, de autoria do Poder Executivo, veta o Projeto de Lei nº 022/2003, de autoria da deputada Luciana Rafagnin. Parecer FAVORÁVEL do deputado Marcos Isfer ao encaminhamento a Plenário. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente, pelos senhores deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária desta Comissão.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente  
Ana Lúcia Andretta - Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA  
01ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos dezessete dias do mês de fevereiro de dois mil e quatro, às dezessete e trinta horas, reuniu-se na sala de reuniões das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça,

sob a presidência do senhor deputado Hermes Fonseca e com a presença dos seguintes deputados: Marcos Isfer, José Maria Ferreira, Chico Noroeste, Tadeu Veneri, Delegado Bradock, Pastor Edson Praczyk, Elza Correia, Jocelito Canto, Elton Carlos Welter, Durval Amaral e Nelson Tureck. Havendo número legal, o senhor presidente deu por aberta a presente reunião. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Proposição-Veto nº 014/2003, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do deputado Marcos Isfer ao encaminhamento a Plenário - APROVADO; 02) Proposição-Veto nº 015/2003, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do deputado Marcos Isfer ao encaminhamento a Plenário - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 03/2004, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do deputado Nelson Justus ao encaminhamento a Plenário - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente, pelos senhores deputado presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária desta Comissão.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente  
Ana Lúcia Andretta - Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA  
02ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dois dias do mês de março do ano de dois mil e quatro, reuniu-se na sala de reuniões das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do senhor deputado Hermes Fonseca e com a presença dos seguintes deputados: Elton Carlos Welter, Tadeu Veneri, José Maria Ferreira, Elza Correia, Jocelito Canto, Durval Amaral, Nelson Justus, Mário Bradock, Antonio Anibelli, Felipe Lucas. Havendo número legal, o senhor presidente deu por aberta a presente reunião, colocando a Ata da reunião anterior em votação, após solicitação de dispensa da leitura pelo deputado José Maria Ferreira - APROVADA. O deputado Delegado Bradock solicita inversão de pauta. O presidente submete o pedido do deputado à apreciação dos deputados - APROVADA. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 003/2004, de autoria do Poder Executivo. Parecer do deputado Elton Carlos Welter FAVORÁVEL às Emendas nºs 02, 06, 12 e 13 e CONTRÁRIO às demais - APROVADO por unanimidade; 02) Proposição-Veto nº 23/2004, de autoria do Poder Executivo - veta o Projeto de Lei nº 312/2003, de autoria da deputada Elza Correia. Parecer FAVORÁVEL ao encaminhamento a Plenário do deputado Delegado Bradock - APROVADO; 03) Proposição-Veto nº 24/2004, de autoria do Poder Executivo - veta o Projeto de Lei nº 274/2003, de autoria do deputado Barbosa Neto. Parecer FAVORÁVEL ao encaminhamento a Plenário do deputado Delegado Bradock - APROVADO; 04) Proposição-

Veto nº 25/2004, de autoria do Poder Executivo - veta o Projeto de Lei nº 376/2003, de autoria do deputado Waldir Leite. Parecer FAVORÁVEL ao encaminhamento a Plenário do deputado Delegado Bradock - APROVADO; 05) Proposição-Veto nº 26/2004, de autoria do Poder Executivo - veta o Projeto de Lei nº 369/2003, de autoria do deputado Antonio Anibelli. Parecer FAVORÁVEL ao encaminhamento a Plenário do deputado Delegado Bradock - APROVADO; 06) Proposição-Veto nº 27/2004, de autoria do Poder Executivo - veta o Projeto de Lei nº 489/2003, de autoria do deputado Marcos Isfer. Parecer FAVORÁVEL ao encaminhamento a Plenário do deputado Delegado Bradock - APROVADO; 07) Proposição-Veto nº 28/2004, de autoria do Poder Executivo - veta o Projeto de Lei nº 381/2003, de autoria do deputado Pastor Edson Praczyk. Parecer FAVORÁVEL ao encaminhamento a Plenário do deputado Delegado Bradock - APROVADO; 08) Proposição-Veto nº 29/2004, de autoria do Poder Executivo - veta o Projeto de Lei nº 273/2003, de autoria do deputado Barbosa Neto. Parecer FAVORÁVEL ao encaminhamento a Plenário do deputado Delegado Bradock - APROVADO; 09) Proposição-Veto nº 30/2004, de autoria do Poder Executivo - veta o Projeto de Lei nº 514/2003, de autoria do deputado Nelson Tureck. Parecer FAVORÁVEL ao encaminhamento a Plenário do deputado Delegado Bradock - APROVADO; 10) Proposição-Veto nº 31/2004, de autoria do Poder Executivo - veta parcialmente o Projeto de Lei nº 483/2003, de autoria do deputado Ângelo Vanhoni. Parecer FAVORÁVEL ao encaminhamento a Plenário do deputado Delegado Bradock - APROVADO; 11) Proposição-Veto nº 32/2004, de autoria do Poder Executivo - veta o Projeto de Lei nº 220/2003, de autoria do deputado Fernando Ribas Carli. Parecer FAVORÁVEL ao encaminhamento a Plenário do deputado Delegado Bradock - APROVADO; 12) Proposição-Veto nº 33/2004, de autoria do Poder Executivo - veta o Projeto de Lei nº 404/2003, de autoria do deputado Durval Amaral. Parecer FAVORÁVEL ao encaminhamento a Plenário do deputado Delegado Bradock - APROVADO; 13) Projeto de Lei nº 536/2003, de autoria do deputado Durval Amaral. Parecer FAVORÁVEL do deputado Jocelito Canto - APROVADO; 14) Projeto de Lei nº 671/2003, de autoria do deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL do deputado Jocelito Canto - APROVADO; 15) Projeto de Lei nº 679/2003, de autoria do deputado Alexandre Curi. Parecer FAVORÁVEL do deputado Jocelito Canto - APROVADO; 16) Projeto de Lei nº 690/2003, de autoria do deputado Augustinho Zucchi. Parecer FAVORÁVEL do deputado Jocelito Canto, na forma da emenda anexa - APROVADO; 17) Projeto de Lei nº 727/2003, de autoria do deputado Ademir Traiano. Parecer FAVORÁVEL do deputado Jocelito Canto, na forma da emenda anexa - APROVADO; 18) Projeto de Lei nº 731/2003, de autoria do deputado Nelson Tureck. Parecer FAVORÁVEL do depu-

utado Jocelito Canto - APROVADO; 19) Projeto de Lei nº 735/2003, de autoria do deputado José Maria Ferreira. Parecer FAVORÁVEL do deputado Jocelito Canto - APROVADO; 20) Projeto de Lei nº 08/2004, de autoria do deputado Luiz Accorsi. Parecer FAVORÁVEL do deputado Jocelito Canto - APROVADO; 21) Projeto de Lei nº 14/2004, de autoria do deputado Alexandre Curi. Parecer FAVORÁVEL do deputado Jocelito Canto - APROVADO; 22) Projeto de Lei nº 712/2003, de autoria do deputado Hermas Brandão. Os deputados Jocelito Canto e José Maria Ferreira SOLICITAM VISTAS - CONCEDIDA pelo presidente. Nada mais havendo a tratar e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo presidente, pelos deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária desta Comissão.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente  
Ana Lúcia Andretta - Secretária

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA TERMO DE ATA

Aos dois dias do mês de março do ano de dois mil e quatro, reuniu-se na sala de reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, com a presença dos deputados Barbosa Neto, Reni Pereira, Durval Amaral, Nelson Tureck, Fernando Ribas Carli, Neivo Beraldin e Ailton Araújo. Não havendo número legal, declarou-se transferida a presente reunião. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei o presente Termo de Ata, que após lido e aprovado, será assinado pelo senhor presidente, pelos senhores deputados e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária de Comissão.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente  
Ana Lúcia Andretta - Secretária

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA TERMO DE ATA

Aos nove dias do mês de março do ano de dois mil e quatro, reuniu-se na sala de reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do deputado Hermes Fonseca e com a presença do deputado Jocelito Canto. Não havendo número legal, declarou-se transferida a presente reunião. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei o presente Termo de Ata, que após lido e aprovado, será assinado pelo senhor presidente, pelos senhores deputados e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária de Comissão.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente  
Ana Lúcia Andretta - Secretária